

Tm. Eco
- 16 -

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE ECONOMIA

MESTRADO EM ECONOMIA

ÁREA CIENTÍFICA DE ECONOMIA E FINANÇAS
INTERNACIONAIS

DISCIPLINA:

ESTUDOS EUROPEUS

TEMA:

"A POLÍTICA COMERCIAL COMUM - PCC
UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL"

Hermínio Enoque Paulo Sueia

Porto, 30 de Julho de 1993

ÍNDICE

I PARTE

INTRODUÇÃO

0 - Metodologia	2
1 - Fundamentos e objectivos da Política Comercial Comum	4
2 - Elementos da PCC	6
2.1 - A Pauta Aduaneira Comum	6
2.2 - A Defesa Comercial Comum	7
2.2.1 - Os Direitos Anti-Dumping ou Compens.	7
2.2.2 - Os Direitos Niveladores Agrícolas	8
2.2.3 - As Restrições Quantitativas	8
2.2.4 - Os Acordos de Autolimitação	8
2.2.5 - Os Contingentes Pautais	8
2.2.6 - As Medidas de vigilância e de salvaguarda	9

II PARTE

A LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NA CEE

1 - A livre circulação de mercadorias	10
2 - Produtos originários da CEE e produtos em livre-prática	11
3 - da realização do mercado comum	13
4 - Eliminação de barreiras tarifárias	14
4.1 - Medidas de efeito equivalente aos direitos aduaneiros	15
5 - A eliminação das restrições quantitativas	17
5.1 - Medidas de efeito equivalente a restrições quantitativas	18
6 - A não discriminação em matéria fiscal	19
7 - A eliminação de fronteiras fiscais	20
8 - A eliminação de barreiras técnicas	23
9 - A eliminação de barreiras físicas	24
10 - A questão dos monopólios nacionais de natureza comercial	25
11 - As cláusulas de salvaguarda	26
11.1 - Restrições à livre circulação de mercadorias por motivos não económicos	26
11.2 - derrogações temporárias à livre circulação de merca-	

dorias - a questão da política económica	28
12 - Conclusões relativas à segunda parte	32

III PARTE

A VERTENTE EXTERNA DA POLÍTICA COMERCIAL COMUM

1 - ACEE nas negociações no âmbito do GATT	35
1.1 - O dossier do mercado de serviços	37
1.2 - O dossier dos produtos agrícolas	39
1.3 - O dossier dos produtos têxteis e o acordo multifibras	42
2 - As relações comerciais CEE - EFTA	
O Espaço Económico Europeu	43
3 - A CEE e os países industrializados não europeus	46
3.1 - CEE/EUA	47
3.2 - CEE/JAPÃO	48
3.3 - CEE/CANADÁ	48
3.4 - CEE/AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA	49
4 - A CEE e os países da Bacia do Mediterrâneo	49
4.1 - A CEE e os Países europeus do mediterrâneo norte e Israel	
Turquia, Malta, Chipre e Israel	50
4.2 - A CEE e os países do Sul e Leste do Mediterrâneo	
Os países do Magrebe e do Machereque	50
5 - A CEE e os países da Europa Central e Oriental (PECO)	51
5.1 - CEE/POLÓNIA	52
5.2 - CEE/Reps. CHECA E ESLOVACA	53
5.3 - CEE/HUNGRIA	53
5.4 - CEE/ROMÉNIA	53
5.5 - CEE/Estados da ex-Jugoslávia e ex-URSS	54
6 - A CEE e os Países em vias de desenvolvimento da Ásia e América Latina	54
7 - CEE/CHINA	55
8 - As relações entre a CEE e os países do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG)	55
9 - Os Acordos de Cooperação entre a CEE e os Países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)	58
9.1 - De Yaoundé à Lomé	58
9.2 - As Convenções de Lomé I, II E III	60
9.3 - A Quarta Convenção de Lomé	62
9.3.1 - Objectivos da cooperação multi-sectorial	63

9.3.2 - A cooperação comercial e a ajuda financeira ao comércio	65
9.3.3 - Estatísticas de comércio externo ACP/CEE	69
10 - Conclusões	72
Anexos	76
Anotações	87
Bibliografia consultada	88
Índice	90

"A POLÍTICA COMERCIAL COMUM - PCC UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL"

I PARTE

INTRODUÇÃO

O - METODOLOGIA

O trabalho tem por objectivo, e como ressalta do título, abordar de forma institucional, a Política Comercial Comum das Comunidades Europeias.

Numa primeira fase, dar-se-á forte relevância a análise de uma das liberdades fundamentais da Comunidade e ao modo de implementá-la; referímo-nos a "Livre Circulação de Mercadorias" no território Comunitário e as barreiras que foram sendo suprimidas e ainda as remanescentes, para que este conceito se torne real em toda sua dimensão.

Sem perder de vista o objectivo último do trabalho - análise da componente comercial externa da CEE - entendemos que a introdução de uma parte que verse sobre a problemática das relações comerciais internas na Comunidade tornará a análise mais

completa, dando-se, desse modo, uma visão cabal, a nível institucional, da dinâmica do comércio comunitário.

Para uma melhor compreensão da Política Comercial Comum e da sua imperiosidade no seio da Comunidade, é importante fazer referência aos objectivos da CEE.

O artigo 2º do TCEE é contudente ao afirmar que "A Comunidade tem como missão promover, pelo estabelecimento de um mercado comum e pela aproximação progressiva das políticas económicas dos Estados-membros, um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas no seio da Comunidade, uma expansão económica contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados-membros que a integram".

Para o alcance dos objectivos foram delineadas uma série de acções que numa primeira fase visavam o estabelecimento de uma União Aduaneira, com base em dois vectores previstos no artigo 3º do TCEE.

Assim, no plano interno, a acção consistiria na eliminação dos direitos aduaneiros entre os Estados-membros e de medidas de efeito equivalente; Eliminação das restrições quantitativas ao comércio e de outras medidas de efeito equivalente.

No plano externo, foram adoptadas uma Pauta Aduaneira Comum e uma Política Comercial Comum em relação aos Estados Terceiros.

É desta dicotomia que resultou a apetência para o tipo de desenvolvimento que se dará ao trabalho:

i - Focar as transformações internas introduzidas nos Estados-membros da CEE de modo a aglutinarem-se num único e maior bloco comercial do mundo;

ii - Estudar as relações, quer de carácter bilateral, quer multilateral, que esse bloco comercial (CEE) estabelece com países de forma individualizada, ou grupo de países, ou ainda com organizações internacionais, como o GATT.

Na parte final do trabalho far-se-á uma análise do acordo de cooperação celebrado, por um lado, pela CEE e, por outro, por um grupo de países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), recorrendo a algumas estatísticas do comércio externo entre os dois blocos.

Teremos ainda como anexos, o desenvolvimento do comércio externo (importações e exportações) entre a CEE e diversos países ou grupos de países.

1 - FUNDAMENTOS E OBJECTIVOS DA PCC

O artigo 110º do TCEE é peremptório nesta matéria: "A Política Comercial Comum tomará em conta a incidência favorável que a supressão de direitos aduaneiros entre os Estados-membros possa ter no aumento da capacidade concorrencial das empresas destes Estados", e é bem apoiado pelo parágrafo 6º do preâmbulo ao Tratado que reconhece que os Estados-membros, mercê de uma PCC estão desejosos de contribuir para a supressão progressiva das restrições ao comércio internacional.

A PCC assenta em PRINCÍPIOS uniformes no que diz respeito:

- As modificações pautais;
- A política de importação;
- A política de exportação;
- As medidas de protecção ao comércio;
- As medidas de vigilância e salvaguarda;
- as negociações com países terceiros ou grupo de países terceiros (art. 113º do TCEE).

Este artigo faz referência à Comissão como sendo o órgão que apresentará propostas e recomendações ao Conselho, para execução da PCC.

Com vista a institucionalização de uma PCC eficiente e operativa, os Órgãos Comunitários, recorrendo as directivas e regulamentos, têm pugnado pela harmonização da legislação aduaneira tendo em conta o estabelecimento do Mercado Interno.

A PCC e os princípios que a norteiam, aparecem como sendo o instrumento ideal para a "defesa do interesse global da Comunidade e ampliação da sua projecção no mundo exterior e da sua capacidade para influenciar as relações económicas internacionais" (1).

Isto compreende-se pela dimensão da acção da Comunidade no âmbito da PCC, tanto no plano interno como no plano externo, abarcando áreas como a alteração das tarifas constantes da Pauta Aduaneira Comum, às políticas de exportação e importação, bem como às medidas de protecção do comércio, à participação em

múltiplos acordos internacionais sobre certos produtos (açúcar, café, cacau, bananas, carne bovina, entre outros), à participação em negociações internacionais no seio do GATT, sobre reduções pautais mútuas e uniformização das medidas de liberalização do comércio mundial, à celebração de diversos acordos de associação, cooperação e comerciais com países terceiros, sendo os mais relevantes os concluídos com a EFTA (Acordo para a criação do Espaço Económico Europeu), a assumpção do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), o acordo com os ACP, com países da Bacia do Mediterrâneo e ainda com os países da Europa Central e Oriental.

Os procedimentos para a institucionalização desta política, podem resumir-se em:

- Recomendações da Comissão ao Conselho, sobre matérias objecto de negociações;
- Acompanhamento pelo Parlamento Europeu do desenrolar das negociações bilaterais ou multilaterais e emissão de pareceres que devem ser devidamente ponderados;
- Deliberação do Conselho por unanimidade ou por maioria qualificada, conforme a matéria em questão.

A partir da altura que na Comunidade institui-se a União Aduaneira, consagrando-se a livre circulação de mercadorias originárias da CEE e as que se encontram em livre prática comunitária, tornou-se imperativo a adopção da PCC, transferindo, os Estados-membros, de forma progressiva, as suas competências em matéria de Política Comercial Externa e, em certa medida, também a interna, para a esfera das competências exclusivamente comunitárias.

Após estas breves linhas em que foram focados os aspectos jurídicos que legitimam a adopção de uma PCC na CEE, é importante referir os seus objectivos que resumem-se na necessidade de um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas na Comunidade, através da criação da União Aduaneira e em simultâneo contribuir para o desenvolvimento do comércio mundial com base na supressão progressiva das restrições às trocas internacionais e na redução das barreiras alfandegárias.

2 - ELEMENTOS DA POLÍTICA COMERCIAL COMUM

Visando a implementação de uma PCC que acautele os legítimos interesses dos agentes económicos comunitários, as instituições comunitárias adoptaram como instrumentos da PCC, a Pauta Aduaneira Comum, aplicada nas relações com o exterior, e as medidas de defesa comercial comum, constituídas por um conjunto de mecanismos que quando accionados, protegem o mercado interno da evasão por produtos externos.

2.1 - A PAUTA ADUANEIRA COMUM

Em virtude das suas características e funções, a P. Ad. C. constitui o elemento mais significativo da PCC, servindo de instrumento regulador das trocas comerciais com o exterior.

Nas suas características, ganha especial relevo a Nomenclatura Combinada, adoptada com base no Sistema Harmonizado para a Designação e Codificação das Mercadorias do Comércio Internacional, em vigor em grande parte dos países, o que permite uma maior comparabilidade das estatísticas de diversos países, a nível das trocas mundiais e uma simplificação de linguagem, pois a nomenclatura da Pauta e o Código Pautal das Mercadorias acabam funcionando como denominadores das diversas designações que eventualmente uma mercadoria teria em diversos cantos do mundo.

A sua principal função consiste em fazer corresponder a um código pautal de uma mercadoria, um encargo financeiro a que se encontra sujeita quando é objecto de comércio internacional.

A esta, alia-se a não menos importante função reguladora das trocas comerciais internacionais. É de facto, com base na nomenclatura (código pautal) de uma mercadoria que ela beneficia ou não de um tratamento preferencial, ou é submetida a uma das medidas de defesa comercial.

2.2 - A DEFESA COMERCIAL COMUM

No grande Forum de debate e adopção de políticas de comércio internacional - GATT - a questão da liberalização das trocas internacionais, é uma presença constante. O objectivo é tornar o mercado mundial acessível a todos os produtos, independentemente da origem. Todavia, em certos casos, o desarmamento pautal ou a simples redução das barreiras tarifárias, faz com que um determinado país ou grupo de países perca a capacidade de competir com produtos importados de outras regiões, podendo, tal facto, estrangular o sector produtivo em causa, no país ou região que demonstra essa debilidade.

Através da PCC, a CEE concede tratamento preferencial a certos produtos, sobretudo os oriundos dos PVD'S. Como prevenção a eventuais "desordens" que possam instalar-se no mercado comunitário em virtude do desarmamento pautal ou da concessão de preferências, ou ainda resultantes de práticas desleais por certos países, a CEE adoptou uma série de mecanismos que acautelem os seus legítimos interesses em matéria de política comercial e sempre em conformidade com as disposições do GATT.

Dos mecanismos adoptados - instrumentos de defesa comercial - destacam-se os direitos anti-dumping ou compensadores, os direitos niveladores agrícolas, as restrições quantitativas, os acordos de autolimitação, os contingentes pautais e as medidas de vigilância e de salvaguarda.

2.2.1 - OS DIREITOS ANTI-DUMPING OU COMPENSADORES

A aplicação destes direitos é legitimada pelo código do GATT, artigo 6º, ao referir que "As Partes contratantes reconhecem que o dumping que permite a introdução dos produtos de um país no mercado de outro país a um preço inferior ao seu valor normal, é condenável se causa ou ameaça causar um prejuízo importante a uma produção organizada de uma Parte contratante ou se retarda sensivelmente a criação de uma produção nacional...", e mais adiante ao afirmar que "com o fim de neutralizar ou impedir o dumping, qualquer Parte contratante poderá cobrar sobre qualquer

produto de dumping, um direito anti-dumping cujo montante não seja superior à margem de dumping relativa a esse produto".

Os direitos anti-dumping são accionados na CEE quando verifica-se que um país terceiro aplica à exportação de um produto, um preço inferior ao que o mesmo produto é vendido no mercado nacional, visando favorecer as exportações, tornando-as mais competitivas no mercado internacional.

2.2.2 - OS DIREITOS NIVELADORES AGRÍCOLAS

Os direitos niveladores agrícolas visam a protecção do mercado agrícola comunitário, defendendo-o das constantes flutuações dos preços no mercado internacional de produtos agrícolas . A técnica consiste, em aplicar ao produto agrícola importado, um direito nivelador de tal ordem que eleve o preço desse produto ao nível do preço mais alto em vigor no mercado comunitário.

2.2.3 - AS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS

As restrições quantitativas têm por objectivo restringir o acesso de determinados produtos ao mercado comunitário, quando as quantidades importadas perturbam o sector de produção similar na comunidade, e são extensíveis a todos os países exportadores e incidem basicamente sobre os produtos agrícolas.

2.2.4 - OS ACORDOS DE AUTOLIMITAÇÃO

A filosofia destes acordos consiste em os países produtores e exportadores para a comunidade comprometerem-se perante esta, a não exportarem para a comunidade quantidades superiores as que forem determinadas, evitando-se, desse modo, os efeitos nefastos que pudessem resultar das preferências pautais que a CEE concede unilateralmente aos PVD'S .

2.2.5 - CONTINGENTES PAUTAIS

Os contingentes pautais são aplicados no âmbito das concessões pautais da CEE aos países que beneficiam do SPG e ao grupo ACP, e consiste em, a CEE fixar quotas de importação para determinados produtos que considera sensíveis. Quando as quotas esgotam, podem ser reabertos novos contingentes, consoante o desenvolvimento casuístico do mercado comunitário e sempre que desse facto não resultem prejuízos evidentes para os produtores

comunitários. Caso os contingentes não forem reabertos, retoma-se a aplicação da Pauta Aduaneira Comum.

2.2.6 - AS MEDIDAS DE VIGILÂNCIA E DE SALVAGUARDA

Esta técnica de defesa comercial encontra-se prevista no art. 115º do TCEE e tem por objectivo proteger os Estados membros de eventuais disparidades que possam acompanhar a PCC e que provoquem dificuldades económicas em um ou em vários Estados.

Nestes casos, compete a Comissão das Comunidades recomendar os métodos a empregar pelos outros Estados membros para prestarem a cooperação necessária. Se as dificuldades permanecerem, a Comissão autorizará os Estados membros a tomarem as medidas de protecção necessárias, fixando as condições e modalidades.

À esta cláusula encontra-se associado o Regime Comum de Exportação cuja essência é a aplicação de contingentes à exportação de determinados produtos comunitários caso se verifique a penúria desse produto no território comunitário. Este regime tem por objectivo impedir que sejam evacuados da comunidade, através das exportações, produtos que se têm manifestado insuficientes para o abastecimento do mercado interno.

II PARTE

A LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

NA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

1 - A LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

A livre circulação de mercadorias constitui um dos fundamentos da Comunidade, sendo prevista na segunda parte, título primeiro do Tratado de Roma.

Tal como consagra o nº 1 do art. 9º do TCEE, "A Comunidade assenta numa união aduaneira que abrange a totalidade do comércio de mercadorias e implica a proibição, entre os Estados-membros de direitos aduaneiros de importação e exportação, e de quaisquer encargos de efeito equivalente, bem como a adopção de uma pauta aduaneira comum nas suas relações com países terceiros".

É de facto, a liberdade fundamental sendo a que mais se destaca das restantes (livre circulação de pessoas, capitais e serviços), não sendo por mero acaso que o tratado reserva um título para abordar questões inerentes à concretização da livre circulação de mercadorias, remetendo as outras três liberdades para o título terceiro.

O conceito de livre circulação de mercadorias na CEE tem a sua génese no início do processo de integração económica na Europa. O Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), assinado em Paris, aos 18 de Abril de 1951 pelos

representantes máximos da RFA, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países-Baixos, no art. 4º, reconhecia como incompatíveis com o mercado comum do carvão e do aço e, por consequência, a necessidade de serem abolidos os direitos de importação ou exportação ou taxas de efeito equivalente e as restrições quantitativas à circulação de produtos da classe do carvão e do aço bem como as práticas restritivas que tendam à repartição ou exploração dos mercados.

O mesmo aconteceu com a institucionalização do Mercado Comum Nuclear, quando o art. 93º do Tratado que institui a Comunidade Europeia de Energia Atômica, rubricado em Roma aos 25 de Março de 1957, afirma que "os Estados membros abolirão entre si, um ano depois da data de entrada em vigor do presente Tratado, quaisquer direitos aduaneiros de importação e de exportação ou taxas de efeito equivalente, assim como quaisquer restrições quantitativas tanto à importação como à exportação" e, ao mesmo tempo no art. 94º faz referência à necessidade dos Estados-membros estabelecerem entre si, uma pauta aduaneira comum.

Se nas duas comunidades sectoriais (uma de carvão e aço, outra de energia atômica) previa-se a criação de condições para que os produtos abrangidos pelos tratados beneficiassem da livre circulação nos territórios dos países signatários, por maioria de razão e em consonância com os objectivos e acções da CEE, o também Tratado de Roma de 25 de Março de 1957, consagrou a livre circulação de mercadorias como uma das metas por atingir e, em simultâneo, legislou sobre muitos aspectos a ela inerentes como é o caso dos monopólios nacionais e da fiscalidade interna aplicável tanto aos produtos nacionais como aos importados, e ainda a política de concorrência.

2 - PRODUTOS ORIGINÁRIOS DA CEE E PRODUTOS EM LIVRE-PRÁTICA COMUNITÁRIA

Para que uma mercadoria possa circular livremente no território comunitário, é necessário que seja ou originária da CEE, ou que esteja em livre prática num Estado-membro - nº 2 do art. 9º do TCEE.

Aparecem aqui, duas expressões cujo o sentido é importante precisar, nomeadamente o conceito de produto originário da CEE e de livre-prática comunitária.

Embora o regulamento (CEE) nº 802/68, do Conselho, defina a noção de origem das mercadorias, esta torna-se relevante para aplicação da pauta aduaneira comum, das restrições quantitativas, bem como de outras medidas na importação ou exportação de mercadorias ou no estabelecimento e emissão de certificados de origem.

Isto significa que a aplicação do regulamento em causa, torna-se relevante no plano das relações comerciais com terceiros países (trocas externas), podendo-se contudo, tirar alguns ensinamentos das regras aí consagradas.

Assim, temos os "produtos inteiramente obtidos num país", enquadrando-se aqui, todos os produtos cuja produção ocorre num país e que as componentes ou matérias-primas também são de origem local.

O caso torna-se mais complicado quando matérias-primas extraídas do solo de um determinado país são, em seguida, transformadas em produtos semi-acabados num outro país e estes, por sua vez, são incorporados em produtos acabados num terceiro país. O regulamento supracitado, no artigo 5º afirma que o critério decisivo para a identificação do país de origem reside na "última transformação ou operação de complemento de fabrico substancial, economicamente justificada, conduzindo ao fabrico de um novo produto ou constituindo uma importante fase de fabrico".

Posteriormente define uma série de critérios específicos ou métodos técnicos que ajudam a determinar a origem do produto. Estes critérios não serão objecto de estudo por se manifestarem claramente marginais a metodologia e objectivos do presente trabalho.

No art. 10º do TCEE afirma-se que "consideram-se em livre-prática num Estado-membro, os produtos provenientes de países terceiros em relação aos quais se tenham cumprido as formalidades de importação e cobrado os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente exigíveis nesse Estado-membro e que não tenham beneficiado de drawback total ou parcial desses direitos ou encargos". Quer isto dizer que os produtos originários de terceiros países adquirem o estatuto de mercadorias em livre circulação, nos termos do art. 10º do TCEE, mediante o cumprimento das

formalidades de importação e o pagamento dos direitos devidos, não sendo contudo imperativo que os direitos e encargos tenham sido efectivamente pagos pelo importador antes da reexportação para outro Estado-membro; o importante é que o seu montante tenha sido determinado.

A partir da altura em que se determina a dívida aduaneira, as mercadorias em livre-prática são assimiladas às mercadorias originárias da CEE e, como tal, com a livre circulação garantida.

3 - DA REALIZAÇÃO DO MERCADO COMUM

A realização do mercado comum implica o estabelecimento das quatro liberdades.

O "Livro Branco da Comissão" consagra uma série de medidas que deviam ser tomadas até 31/12/92, de modo a que a 01/01/93 se consolidasse o Mercado Interno.

Tudo passava pela harmonização de diversas legislações nacionais.

As Comunidades, cientes desse facto, foram emanando directivas que os Estados-membros deviam observar e transpô-las para a ordem jurídica interna, observando o princípio do primado do Direito Comunitário.

O Tratado de Roma, no art. 8º prevê que o mercado comum seja progressivamente estabelecido ao longo de um período de transição de 12 anos, dividido em três fases de quatro anos cada, podendo contudo, esses prazos serem alterados caso não se encontrem ainda reunidas as condições necessárias e suficientes para a passagem a fase seguinte.

No que diz respeito a criação de mecanismos para a livre circulação de mercadorias no território comunitário, esta ficou condicionada a adopção da P. Ad. C. e a eliminação dos direitos aduaneiros e outras imposições de efeito equivalente, assim como a eliminação das restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente. Pressupunha, portanto, a criação da União Aduaneira.

Reconhecida a importância estratégica do desarmamento pautal para a criação das condições que levassem ao estabelecimento do

mercado interno, o TCEE, previu um calendário de observância obrigatória pelos Estados-membros, dentro do qual devia-se reduzir os direitos aduaneiros, numa primeira, segunda e terceira fase, de modo a que finda esta última, na pauta aduaneira, e no que diz respeito as trocas intra-comunitárias, vigorasse a taxa zero.

4 - ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS TARIFÁRIAS

Segundo o art. 12º do TCEE, "Os Estados-membros abster-se-ão de introduzir, entre sí, novos direitos aduaneiros de importação e exportação ou encargos de efeito equivalente e de aumentar àquelas que já aplicam nas suas relações comerciais mútuas".

Mais adiante, o art.13º refere que "os direitos aduaneiros de importação em vigor entre os Estados-membros, serão por estes progressivamente suprimidos durante o período de transição.

A primeira fase do período de transição decorreu de 01 de Janeiro de 1958 a 31 de Dezembro de 1961. Nela impunha-se, e de acordo com o nº 2 do art.10º do TCEE, o estabelecimento 'por parte da Comissão, de métodos de cooperação administrativa, tendo em conta a necessidade de simplificar, a medida do possível, as formalidades impostas ao comércio. O tratado fixa que a Comissão deve realizar essa missão antes do final do primeiro ano a contar da data de entrada em vigor do tratado, portanto, antes de 31/12/58. A Comissão cumprindo com o prazo, tomou a decisão de 04/12/58 em que previa os mecanismos de cooperação administrativa.

Posteriormente, em 05/12/60, tomou uma outra decisão a regulamentar o uso do certificado para a circulação de mercadorias entre os Estados-membros (DD1), destinado a provar que as mercadorias provenientes quer doutro Estado-membro, quer de um país terceiro, quer ainda obtidas em regime de aperfeiçoamento, que se encontra em livre-prática comunitária.

Ainda nesta fase, e no que se refere aos direitos aduaneiros e aos encargos de efeito equivalente, abrangindo todos os produtos, foi proibida a introdução de novos direito ou encargos de efeito equivalente e qualquer aumento dos direitos e encargos já existentes, procedendo-se a redução dos direitos aduaneiros na ordem dos 30% (10% em 01/01/59; 10% em 01/07/60; 10% em 01/01/61, resultante da primeira decisão de aceleração).

O escalonamento das reduções dos direitos aduaneiros encontra-se previsto no art.14º do TCEE.

A segunda fase teve início no dia 01/01/62 e terminou a 31/12/65, traduzindo-se numa redução de direitos na ordem dos 40% (10% em 01/01/62; 10% em 01/07/62 com base na segunda decisão de aceleração; 10% em 01/07/63; 10% em 01/01/65).

Foram também tomadas medidas que estabeleceram para os produtos agrícolas, as primeiras Organizações Comuns de Mercado e extintas em 01/07/62, as restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente ainda existentes.

A terceira fase iniciou em 01/01/66, prolongando-se até 31/12/69 - final do período de transição - e consistiu na eliminação dos direitos residuais. Assim, em 01/01/66 procedeu-se a redução de 10%, em 01/07/67 com base numa decisão do Conselho para a aceleração, foram reduzidos mais 5% e em 01/07/68, e de acordo com a mesma decisão, extinguiram-se os remanescentes 15%, entrando em vigor nessa mesma data a União Aduaneira para os produtos industriais.

4.1 - MEDIDAS DE EFEITO EQUIVALENTE AOS DIREITOS ADUANEIROS

No que diz respeito as medidas de efeito equivalente aos direitos aduaneiros, tem sido TJCE (Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias) a fixar, com base em acordãos, as taxas ou encargos que assim devem ser considerados, pois muitas vezes aparecem sob a forma de encargos administrativos.

Os encargos de efeito equivalente a direitos aduaneiros são definidos como sendo "um encargo pecuniário, ainda que mínimo, unilateralmente imposto, sejam quais forem a sua designação e a sua técnica, que incidem sobre mercadorias nacionais ou estrangeiras pelo facto de atravessarem a fronteira, quando não assumam a natureza de direito aduaneiro propriamente dito, ainda

que não percévido em proveito do Estado, que não exerça qualquer efeito discriminatório ou protector de que o produto imposto não se encontra em concorrência com uma produção nacional"(2).

Alguns Estados-membros sujeitam os produtos importados a inspecções sanitárias, de que resultam certos encargos para os importadores. Estes controlos são permitidos face ao disposto no art. 36 do TCEE, que admite restrições à circulação de mercadorias fundadas, entre outras, em razões de saúde pública.

A percepção do encargo não é intrinsecamente necessária ao exercício da competência prevista no art. 36º e é, pois, susceptível de constituir um obstáculo complementar ao comércio intracomunitário.

No entender do TJCE, "os encargos administrativos são legítimos e não constituem encargos de efeito equivalente a direitos aduaneiros, quando recaiam sobre produção interna correspondente e sejam recebidos em função de critérios idênticos num estágio de produção similar, constituam a remuneração de um serviço efectivamente prestado ao importador ou exportador e num montante proporcionado por esse serviço, ou quando as inspecções sejam impostas por um acto comunitário ou convenção internacional" (3).

Quer isto dizer que o encargo administrativo é legítimo quando recaia sobre a produção interna correspondente e seja recebido em função de critérios idênticos num estágio de produção similar, de modo a poder ser considerado como fazendo parte de um regime interno de encargos aplicáveis de igual modo a produtos nacionais e importados e desde que o facto gerador do encargo seja idêntico para o produto interno e para o produto importado. Se o encargo não corresponder a estas exigências, será então considerado uma medida de efeito equivalente aos direitos aduaneiros e, como tal, proibido pelo TCEE devendo ser suprimido em virtude do primado do direito comunitário face ao direito interno dos Estados-membros e ainda do efeito directo dos artigos 9º, 12º, 13º e 14º do TCEE.

O efeito destes artigos é reconhecido pelo TJCE, o que significa que destas disposições resultam para os particulares direitos que os tribunais dos Estados-membros devem proteger independentemente da sua observância pelo respectivo direito interno, muito embora estas disposições não produzam efeitos directos horizontais, ou seja, não resultam obrigações para os particulares dado destinarem-se aos Estados-membros.

5 - A ELIMINAÇÃO DAS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS

As restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente constituem um obstáculo não tarifário à livre circulação de mercadorias no território comunitário.

No art. 30º do TCEE é dito que " são proibidas entre os Estados-membros, as restrições quantitativas à importação bem como todas as medidas de efeito equivalente", estabelecendo-se de seguida nos artigos 31º, 32º e 33º um calendário para supressão deste tipo de barreiras ao comércio intracomunitário.

Neste aspecto, o Tratado exigiu primeiro que os Estados-membros apresentassem as suas listas de produtos liberalizados em consonância com as decisões do Conselho da Organização Europeia de Cooperação Económica, de 14/01/55, de forma que as mesmas fossem consolidadas pelos Estados-membros, isto é, estudadas e assumidas pelos demais Estados Comunitários, impedindo ainda que nas trocas comerciais recíprocas os Estados-membros tornassem mais restritivos os contingentes e medidas de efeito equivalente existentes à entrada em vigor do Tratado e impondo a eliminação dos contingentes existentes até ao final do período de transição, com base numa supressão progressiva.

As restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente podem referir-se ora às operações de importação ora às operações de exportação, sendo estas últimas proibidas por força do art. 34º do TCEE.

À primeira vista não parece fácil distinguir restrições quantitativas das medidas de efeito equivalente.

Segundo Moitinha de Almeida, "as restrições quantitativas incluem medidas com natureza proibitiva, total ou parcial, da importação, exportação ou trânsito". O mesmo autor, seguindo a opinião de Peter Oliver, escreve que "está-se face a uma restrição quantitativa, quando a proibição diz respeito às próprias mercadorias e perante uma medida de efeito equivalente quando a proibição está relacionada com elementos estranhos".

5.1 - MEDIDAS DE EFEITO EQUIVALENTE A RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS

São definidas pela jurisprudência do TJCE como sendo "toda a regulamentação comercial dos Estados-membros susceptível de criar obstáculos, directa ou indirectamente, actual ou potencialmente, ao comércio intra-comunitário".

Assumem diversas formas, desde regulamentação comercial em que Estados introduzem requisitos de impossível ou difícil observância por, parte de fabricantes ou exportadores estrangeiros, com vista a impedirem ou a restringirem as importações em benefício ou não da produção nacional; regulamentações nacionais em matéria de: preços, com vista a intervenção do Estado no mercado através de política de preços (máximos, mínimos, congelados ou margens de lucros), incidentes sobre produtos importados; formalidades na importação, tais como as inspecções sanitárias que não cabem no âmbito das excepções introduzidas pelo art. 36º do TCEE, o estabelecimento de locais de controlo bem como de dias e horas de abertura dos mesmos, desde que afecte as importações que não seja justificado por exigências objectivas de organização do serviço de controlo, etc; regulamentações sobre a origem dos produtos importados, disposições relativas ao fabrico, apresentação, distribuição, armazenagem e uso de produtos, obrigação de designar representante responsável no Estado-membro de importação ou de filiação em organização de Estado, regulamentação de publicidade, incitação a compra de produtos nacionais com base em legislação que cause obstáculo a compra por particulares só de produtos importados, ou incitem a compra apenas de produtos nacionais através de campanhas financiadas por serviços públicos no sentido da promoção da produção interna, desde que estas medidas fujam ao âmbito da regulamentação comunitária ou constituam uma clara violação das disposições comunitárias inerentes a livre circulação de mercadorias.

A este respeito Mota e Campos (4) afirma que "o desmantelamento das diversas linhas de resistências que as administrações dos Estados-membros continuaram a opôr, em estilo de batalha de retaguarda para protelar a liberalização completa da circulação de mercadorias, tendo vindo a ser progressivamente operado pelas instituições comunitárias que gradualmente foram despojando os Estados dos instrumentos habituais de obstrução à

liberdade comercial (por exemplo, mediante a substituição por normas comunitárias, das normas nacionais - ou seja, a especificação pela Autoridade Comunitária dos requisitos de ordem técnica, de segurança, de salubridade que os produtos comercializados no quadro comunitário devem obedecer)".

6 - A NÃO DISCRIMINAÇÃO EM MATÉRIA FISCAL

"Nenhum Estado-membro fará incidir directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-membros, imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidem, directa ou indirectamente sobre produtos nacionais similares" - parágrafo 1º, art. 95º do TCEE.

Como complemento à liberalização das barreiras tarifárias, impunha-se a harmonização da política fiscal nos Estados-membros, de forma a sanar eventuais efeitos distorcedores do comércio intracomunitário.

Se os Estados-membros pudessem arbitrariamente impor obrigações fiscais internas aos produtos importados, poderiam recorrer a essa técnica com o objectivo de introduzir medidas proteccionistas, agravando os impostos internos sobre os produtos importados.

O art. 95º consagra o princípio da não discriminação em matéria fiscal no que respeita a produtos internos e importados e assegura a livre circulação de mercadorias entre os Estados-membros em condições normais de concorrência, pela eliminação de qualquer forma de protecção que possa resultar de imposições internas discriminatórias relativamente a produtos originários de outros Estados-membros.

O TJCE afirma no acórdão de 15 de Julho de 1982, no caso Cogis, que o art. 95º garante a perfeita neutralidade das imposições internas a concorrência entre produtos nacionais e produtos importados.

As imposições internas que recaem sobre os produtos importados não podem ser superiores às que, directa ou indirectamente incidem sobre os produtos nacionais; exige-se contudo uma relação de similitude entre os produtos importados e os de origem interna, como condição de proibição de uma fiscalidade mais gravosa sobre os primeiros.

No segundo parágrafo do mesmo artigo afirma-se que "nenhum Estado-membro fará incidir sobre os produtos dos outros Estados-membros imposições internas de modo a proteger indirectamente outras produções internas". Deste modo, inviabiliza-se práticas de concorrência desleal que um Estado-membro podia adoptar para afastar do seu mercado, produtos oriundos de outros Estados-membros.

Christian (5) no seu artigo sobre a livre circulação de mercadorias, e citando um acordo do TJCE, escreve que "para poder escapar a proibição de cobrar encargos de efeito equivalente a direitos de importação e ser tomada em conta na aplicação do art. 95º, um encargo sobre a importação deve integrar um regime geral abrangendo, segundo os mesmos critérios sistemáticos, os produtos nacionais e os produtos importados e o facto gerador do imposto e o estágio de comercialização no qual o imposto é cobrado devem ser idênticos".

No terceiro parágrafo do art.95º são consagradas disposições que têm por alcance a eliminação ou correcção das disposições existentes à data da entrada em vigor do Tratado, que sejam contrárias ao atrás preceituado. Essas medidas deviam ser tomadas o mais tardar até ao início da segunda fase de transição, isto é, 01/01/62.

Estas disposições representam um esforço do legislador em eliminar práticas discriminatórias ao nível da fiscalidade ainda na primeira fase de transição.

Se o legislador nacional proceder a eventuais exonerações fiscais ou outras facilidades, devem beneficiar igualmente sem distinção, os produtos importados e caso não se verifique nenhuma possibilidade de evitar a discriminação, a exoneração deve pura e simplesmente ser suprimida.

7 - A ELIMINAÇÃO DE FRONTEIRAS FISCAIS

Sempre que as mercadorias são transportadas dum país para o outro são declaradas na fronteira, de forma que as autoridades fiscais possam cobrar os impostos de consumo e os específicos a que têm direito.

Uma Europa sem fronteiras, tal como se pretende, tem que encontrar outras formas de assegurar o pagamento dos impostos sobre mercadorias quando e onde são devidos.

O art.99º do TCEE estabelece que "O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta do Parlamento Europeu, adoptará as disposições relacionadas com a harmonização das legislações relativas aos impostos sobre volume de negócios, os impostos sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, na medida em que essa harmonização seja necessária para assegurar o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno no prazo previsto no art. 8º A".

O art. 8º A fixa 31/12/92 como data limite para o estabelecimento do Mercado Interno - espaço sem fronteiras internas, no qual a livre circulação de mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada.

A total eliminação dos controlos fronteiriços após 1992 impõe a necessidade de se architectar um novo sistema de cobrança de impostos directos.

Ao contrário do que se passa com os outros entraves à livre circulação de mercadorias (barreiras tarifárias e restrições quantitativas e medidas de efeito equivalentes para os dois casos) em que o objectivo foi eliminar tais entraves pela via da supressão da cobrança dos direitos aduaneiros e outras imposições e pela proibição das restrições quantitativas, neste caso (eliminação das fronteiras fiscais), a técnica passa pela harmonização das disposições fiscais e da criação de mecanismos que permitam a transferência da cobrança dos impostos indirectos nas fronteiras, para outros locais no interior de um dos países intervenientes na transacção.

"As fronteiras fiscais servem dois objectivos principais: em primeiro lugar garantem que, quando as mercadorias atravessam as fronteiras, as receitas fiscais adequadas revertam a favor do Estado-membro adequado; em segundo lugar, tem um importante papel a desempenhar na luta contra a fraude e a evasão fiscal" (6).

Actualmente, as mercadorias de exportação estão isentas do imposto de consumo no país de origem, e as mercadorias de importação são submetidas à tributação do imposto de consumo. Quer isto dizer que procede-se a uma remissão do imposto de exportação e a uma imposição de imposto de importação (entenda-se, imposto de consumo).

Neste caso a evasão fiscal consiste em declarar certas mercadorias à exportação e posteriormente introduzi-las no mercado interno sem que elas tenham efectivamente saído do país, evitando desse modo o pagamento do imposto de consumo (exportações fictícias). Assim, as fronteiras desempenham um papel importante no controlo da documentação e verificação "in loco" da realização da operação (exportação/importação).

Face ao estabelecimento do mercado interno, impõe-se a sua eliminação. Como fazê-lo, garantindo que não haverá fugas acentuadas ao fisco?

A CEE tem tentado resolver esta questão, primeiro com base na introdução de um imposto uniforme em todos Estados-membros e que incide sobre a transacção de bens e serviços -IVA- imposto sobre valor acrescentado (imposto directo).

Com introdução do IVA a CEE tem vindo a aproximar os níveis de tributação entre os Estados-membros, por forma a obter taxas muito próximas, senão mesmo idênticas no território comunitário.

Os Estados-membros depois de reconhecerem a dificuldade em harmonizar as taxas do IVA e criar mecanismos eficientes de controlo até 31/12/92, optaram por um regime transitório, consubstanciado na directiva do Conselho nº 91/680/CEE de 16/12/91, transposta para a ordem jurídica portuguesa pelo Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro.

Este novo regime do IVA nas transacções intracomunitárias concentra as normas sobre o tratamento das transacções intracomunitárias de mercadorias, quer respeitantes à incidência, às isenções e ao valor tributável, quer as que versam sobre obrigações dos sujeitos passivos, em especial de liquidação e de pagamento, e as obrigações acessórias.

O objectivo deste regime transitório é a eliminação dos controlos associados à passagem das mercadorias pelas fronteiras interiores da Comunidade, mantendo o princípio de que o imposto nas transacções entre os sujeitos passivos, continua a afluir ao país de destino e a ser determinado de acordo com a taxa nele vigente.

Inviabilizada a harmonização comunitária em matéria de tributação geral do consumo antes de 31/12/92, a directiva que estabelece o regime transitório aponta para 1996 o objectivo de eliminar os entraves fiscais à livre circulação de mercadorias na CEE, através da harmonização da matéria fiscal.

8 - A ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS TÉCNICAS

"O público vê os esforços de harmonização como uma interferência burocrática de Bruxelas e espalhou-se o mito de que a Comunidade está a tentar criar "o europroduto" - produtos idênticos com ingredientes idênticos para serem vendidos em toda a Comunidade" (7).

Se é verdade que este raciocínio verifica-se em certos cidadãos comunitários alérgicos à normalização, não é menos verdade que os governos de Estados-membros têm recorrido aos mesmos argumentos como forma de camuflar práticas proteccionistas.

As barreiras técnicas à livre circulação de mercadorias radicam no facto de existirem regulamentações e normas sobre produtos não idênticas nos Estados-membros da CEE.

Normas de segurança, de saúde, ambiente, defesa do consumidor, requisitos técnicos, níveis de satisfação, constituem alguns dos motivos que podem ser invocados para entrar-se a livre circulação de mercadorias. Estas normas e medidas, quando inibidoras da livre circulação são consideradas entraves ao comércio comunitário.

A diferença entre normas e regulamentações nacionais de produção, conservação e embalagem, significam que muitos produtos são fabricados, acondicionados e embalados separadamente de modo a respeitar as normas de cada país, o que acarreta custos adicionais, por vezes desnecessários, dado não existirem vantagens nessa diversidade de legislação. A agravar esta situação está o facto de as normas poderem constituir formas dissimuladas de protecção nacional contra produtos semelhantes, com o mesmo nível de utilidade e satisfação importados de outros Estados-membros em que vigoram normas diferentes.

A Comunidade, reconhecendo a gravidade desta situação e os efeitos negativos por elas proporcionados ao estabelecimento do mercado interno, através das suas instituições, com maior relevo para a Comissão, tem vindo a tomar medidas tendentes à supressão deste tipo de barreiras com base na emanção de directivas comunitárias que estabelecem normas harmonizadoras dos diversos regulamentos técnicos vigentes nos Estados-membros.

Não obstante a harmonização tentada pela Comissão, o esforço não resulta em pleno pois há muita morosidade nas negociações,

estudos e investigações conducentes a elaboração das directivas que versam sobre esta matéria.

O TJCE, com recurso a sua função de guardião e intérprete do Direito Comunitário Originário (Tratados) e Derivado (Regulamentos, Directivas e Decisões), confirmou o direito básico de livre circulação de mercadorias, concluindo que "todas as mercadorias legalmente fabricadas e comercializadas num Estado-membro poderiam ser vendidas noutro Estado-membro, e apenas poderia ser levantada uma proibição se, nas circunstâncias particulares ao caso, fosse necessário satisfazer uma série limitada de objectivos de interesse público, como a defesa dos consumidores, a determinar pelo Direito Comunitário"(8).

Assim, nenhum Estado-membro pode recusar os produtos concorrentes de outro Estado-membro apenas por serem ligeiramente diferentes dos seus próprios produtos.

o Livro Branco da Comissão, de 1985 identificou uma série de barreiras técnicas ainda prevaletentes. A Comissão tenta com a normalização garantir que os consumidores tenham a escolha mais ampla possível de toda a gama de produtos e, por outro lado, que os produtos tenham de obedecer as normas aceitáveis em termos de saúde e segurança do consumidor, sendo ainda necessário que os fabricantes e outros produtores de bens possam comercializar os seus produtos em todo o mercado comunitário.

Para além da harmonização da regulamentação técnica, o princípio do reconhecimento mútuo que assenta no facto de em certas áreas de produção, os Estados-membros reconhecerem mutuamente as técnicas de fabrico, produção e conservação e ou embalagem vigentes noutro Estado-membro, veio a dinamizar a eliminação das barreiras técnicas, muito embora ainda subsista no território comunitário sendo a meta, a sua eliminação total. Quando chegar-se a esse ponto, ter-se-á dado um grande passo ao estabelecimento efectivo da livre circulação de mercadorias.

9 - A ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS FÍSICAS

As mercadorias que atravessam território dum Estado-membro para outro, estão sujeitas na fronteira ao controlo e verificação por parte das autoridades alfandegárias e sanitárias.

A verificação e controlo, como já foi dito atrás, têm por objectivo a cobrança de eventuais direitos, impostos indirectos sobre o consumo e específico, a recolha de dados estatístico, o controlo sanitário de animais e doença de plantas, bem como a verificação de contingentes e outras medidas a que as mercadorias se encontram sujeitas, em virtude de importação/exportação condicionadas.

Até 31/12/92, na fronteira eram verificados um sem número de documentos e declarações que tornavam moroso o processo de trânsito comunitário, onerando-o em demasia, com um claro prejuízo para os operadores económicos.

"A eliminação dos controlos fronteiriços volta uma vez mais a pôr em causa os interesses estratégicos e económicos nacionais e, por conseguinte um sistema de livre circulação de mercadorias significa também que devem ser procuradas novas formas de substituir os controlos fronteiriços" (9).

Em 01/01/88 entrou em vigor o Documento Administrativo Único que simplificou grandemente a documentação anteriormente exigida, aglutinando num só formulário toda a informação relevante relacionada com uma operação de comércio internacional, desde a classificação pautal, direitos liquidados, informação estatística, até outras informações complementares.

Paralelamente à introdução do Documento Único (DU), foram tomadas medidas tendentes à coordenação de políticas e ao desenvolvimento da legislação comercial e aduaneira.

Em 01/01/93 foram abolidas nas trocas intracomunitárias, o DU, o Livrete TIR e o Livrete ATA, o que significou o desmoronar das barreiras físicas à livre circulação de mercadorias.

10- A QUESTÃO DOS MONOPÓLIOS NACIONAIS DE NATUREZA COMERCIAL

(elucidado) O nº 1 do art. 37º do TCEE refere que "os Estados-membros adaptarão progressivamente os monopólios nacionais de natureza comercial, de modo a que findo o período de transição, esteja assegurada a exclusão de toda e qualquer discriminação entre nacionais dos Estados-membros quanto às condições de abastecimento e comercialização".

Este artigo tem por objectivo impedir que os Estados-membros recorram a monopólios de importação ou exportação, com poderes discricionários, para adquirir produtos no exterior ou para lá exportar a produção nacional, de forma mais ou menos extensa, pondo em causa a unidade do mercado intracomunitário e minando a prossecução do mercado único.

Para efeitos de aplicação do art. 37º do TCEE o acordão de 03/02/76, no caso Manghra, do TJCE, define o monopólio nacional como sendo "todo o organismo pelo qual o Estado controla, dirige ou influencia sensivelmente, as importações ou exportações entre os Estados-membros" (10).

Do âmbito deste artigo estão excluídos os monopólios nacionais que não sejam de natureza comercial, como é o caso dos monopólios de prestação de serviços.

Proibindo os monopólios nacionais de natureza comercial, ou impondo a sua adopção às regras de concorrência de mercado, o legislador pretendeu impedir distorções às regras do mercado e garantir a eficácia do princípio de livre circulação de mercadorias, uma vez que os preços e as quantidades das mercadorias por importar ou exportar não estariam condicionados à vontade exclusiva do monopólio, mas sim às regras do mercado, nomeadamente ao livre jogo da procura e da oferta.

11- AS CLÁUSULAS DE SALVAGUARDA

11.1 - RESTRIÇÕES À LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS MOTIVOS NÃO ECONÓMICOS

Quando no Tratado de Roma previu-se a livre circulação de mercadorias, não se pretendeu, de modo nenhum, impô-la nos Estados-membros mesmo nos casos em que se afigura inconveniente em virtude dos riscos que daí adviriam.

O legislador mostrando a sua racionalidade e intenção de não prejudicar o nível de vida dos cidadãos dos Estados-membros, estabeleceu cláusulas que permitem a um Estado-membro impôr condições de observância obrigatória para que as mercadorias provenientes de outros Estados-membros possam circular livremente.

No art.36º do TCEE afirma-se que "as disposições constantes dos artigos 30º e 34º (consagram a proibição, entre os Estados-membros, das restrições quantitativas à importação e exportação), são aplicáveis sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade, ordem e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir, nem um meio de discriminação arbitrária, nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-membros".

Este artigo, pelas excepções que introduz à livre circulação de mercadorias, constitui uma cláusula de salvaguarda embora a excepção só abranja as restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente.

Assim, os Estados-membros com base no supracitado podem invocar diversos argumentos como forma de adoptar medidas restritivas a livre circulação de mercadorias, muito embora as disposições do artigo não possam ser objecto de interpretação extensiva.

O art. 36º visa salvaguardar interesses gerais de natureza não económica. O legislador pretendeu, tão somente, acautelar interesses legítimos dos Estados-membros. Todavia, é razoável questionar em que medida os Estados-membros agirão de boa fé, impondo restrições ao comércio intracomunitário, sem que por de trás desse comportamento existam intenções proteccionistas de carácter comercial ou industrial.

O Tratado refere-se à "razões de moralidade pública" como motivo bastante para limitar a livre circulação das mercadorias, não fixando o significado dessa expressão ou situações em que a moralidade pública é posta em causa pela livre circulação de mercadorias.

Os conceitos de "acto moral" ou "conduta imoral", não são de modo algum comuns em todos os Estados-membros; têm muito a ver com a cultura, os usos e costumes, crenças, hábitos sociais, etc. Daqui depreende-se que o que é "imoral" num determinado Estado-membro, pode ser considerado "moral" num outro Estado ou como não ferindo a moral e os bons costumes.

No entender de Moitinha de Almeida (11), o conceito de moralidade pública não é, pois, um conceito Comunitário na medida em que varia de país para país e de época para época, mas está sujeito a um controlo comunitário: os Estados-membros não podem, nela fundada, introduzir restrições a livre circulação de mercadorias se, na sua ordem jurídica interna, o fabrico e a comercialização de coisas semelhantes não forem proibidas ou pelo menos objecto de medidas reais e efectivas destinadas a criar-lhes obstáculos.

Num outro, acórdão o TJCE admitiu que "os obstáculos à circulação intracomunitária resultantes de disparidades das legislações nacionais relativas à comercialização dos produtos em causa devem ser aceites na medida em que estas prescrições possam ser reconhecidas como sendo necessárias para satisfazerem as exigências imperativas respeitantes, designadamente, a eficácia dos controlos fiscais, a protecção da saúde pública, à lealdade das transacções comerciais e à defesa dos consumidores".

Tal como conclui o TJCE em diversos acordos, o art. 36º não pretende reservar certas matérias à competência exclusiva dos Estados-membros, mas admite apenas que legislações nacionais introduzam excepções ao princípio da livre circulação de mercadorias na medida em que for e continue a ser justificado para a realização dos objectivos enunciados no mesmo artigo.

11.2 - DERROGAÇÕES TEMPORÁRIAS À LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS - A QUESTÃO DA POLÍTICA ECONÓMICA

Neste ponto serão abordadas de forma distinta as derrogações autorizadas durante o período de transição e àquelas que até hoje podem ser aplicadas com intenção legítima de condicionar a livre circulação de mercadorias no território comunitário.

Enquanto decorria o período de transição, e com recurso ao art. 226º do TCEE, "em caso de graves dificuldades susceptíveis de persistirem num sector de actividade económica, assim como de dificuldades que possam determinar grave deterioração de uma situação económica regional, qualquer Estado-membro pode pedir

que lhe seja autorizado a tomar medidas de protecção que permitam reequilibrar a situação e adaptar o sector em causa à economia do mercado comum".

É importante realçar que, antes do Estado-membro tomar as medidas tendentes a colmatar a situação gravosa para o sector em causa, deve formalizar um pedido à Comissão que, por sua vez, analisará a situação e estabelecerá medidas adequadas, fixando o período de tempo necessário para a correcção e regresso às condições normais de concorrência imposta pela construção do mercado comum.

Terminado o período de transição, o Tratado prevê certos casos, estritamente relacionados com aspectos económicos, em que os Estados-membros podem também estabelecer medidas que visem sanar certas dificuldades conjunturais.

Para que não reine a anarquia neste campo, de derrogações à livre circulação de mercadorias, o Tratado condiciona a tomada de tais medidas à análise da situação pela Comissão que decide ou emite um parecer dirigido ao Conselho que tomará as devidas medidas.

Desse modo, constituem motivos para a derrogação temporária da livre circulação de mercadorias, a balança de pagamentos, a política comercial e outras relacionadas com a segurança do Estado.

Embora os Estados-membros tenham competências no que respeita a condução da sua política conjuntural, estes não podem, com base nesse argumento, pura e simplesmente tomarem medidas prejudiciais ao estabelecimento do mercado comum.

O art. 103º do TCEE afirma no nº 2 que "O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, pode decidir sobre as medidas adequadas à situação".

Mais adiante, o nº 3 autoriza o Conselho, por deliberação em maioria qualificada e sob proposta da Comissão, a adoptar as directivas necessárias à aplicação das medidas tomadas. Todavia, é importante notar que essas medidas só são legítimas de tomar caso um Estado-membro tenha dificuldades no abastecimento do mercado nacional.

Quer isto dizer que, casos de insuficiências no aprovisionamento do mercado nacional constituem motivo bastante para se proceder à derrogação temporária ao princípio da livre circulação de mercadorias no território comunitário mas, uma vez suprimida tal dificuldade, deve-se normalizar a situação.

Quanto à política cambial, o art.107º do TCEE autoriza os Estados-membros a tratar a sua política em matéria de taxas de câmbio como assunto de interesse comum, devendo a política cambial enquadrar-se numa política económica indispensável para garantir o equilíbrio da sua balança de pagamentos e para manter a confiança na sua moeda, cuidando ao mesmo tempo de assegurar um elevado grau de emprego e a estabilidade do nível dos preços (ver art.104º TCEE).

Os Estados-membros ao modificarem a sua taxa de câmbio devem ter em conta a salvaguarda dos objectivos preceituados no parágrafo anterior, e caso assim não seja, resultando desse procedimento uma falsidade às condições de concorrência, "A Comissão pode, após consulta do Comité Monetário, autorizar outros Estados-membros a tomarem durante um período estritamente limitado, as medidas necessárias, de que fixará as condições e modalidades, a fim de obviar às consequências de tal modificação" - nº 2, art. 107º TCEE.

Em casos de dificuldades ou ameaça de graves dificuldades na balança de pagamentos de um Estado-membro, quer resultantes de um desequilíbrio global da balança, quer do tipo de divisas disponíveis, e susceptíveis de comprometer o funcionamento do mercado comum ou a progressiva realização da política comercial comum, "A Comissão procederá imediatamente à análise da situação desse Estado, bem como da acção que ele empreendeu ou pode empreender, nos termos do art 104º, recorrendo a todos os meios de que dispõe. A Comissão indicará as medidas cuja a adopção recomenda ao Estado em causa" - art. 108º do TCEE.

Assim, a Comissão deve ficar atenta às alterações das taxas de câmbio dos Estados-membros e verificar se elas não disvirtuam o princípio da livre circulação de mercadorias na comunidade, aparecendo ainda revestida de poderes no que respeita a recomendações das medidas que os Estados-membros podem pôr em prática para fazer face à concorrência desleal lançada por um Estado-membro a partir da manipulação das taxas de câmbio, salvaguardando desse modo os legítimos interesses dos demais parceiros comunitários - direito de resposta.

Nesta matéria, antes dos Estados-membros, de forma isolada tomarem medidas que constituam derrogação temporária à livre circulação de mercadorias, devem consultar a Comissão; e esta é que aconselhará sobre os mecanismos ideais para superar a crise,

todavia, em casos de crise súbita na balança de pagamentos e se não for imediatamente tomada uma decisão de assistência, o Estado-membro em causa, a título cautelar, pode tomar medidas de protecção necessárias mas estas só devem "provocar o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado comum e não exceder o estritamente indispensável para sanar as dificuldades súbitas que se tenham manifestado" - nº 1 art. 109º do TCEE.

Este artigo acaba consagrando uma derrogação temporária, a título excepcional, ao princípio da livre circulação das mercadorias, um dos pilares do mercado comum.

Um outro motivo susceptível de induzir a derrogação ao princípio da livre circulação de mercadorias, é a necessidade fundamentada de um Estado-membro garantir a sua segurança.

Segundo a alínea b) do art. 223º, "qualquer Estado-membro pode tomar as medidas que considere necessárias à protecção dos interesses essenciais da sua segurança e que estejam relacionadas com a produção ou comércio de armas, munições e material de guerra: tais medidas não devem alterar as condições de concorrência no mercado no que diz respeito aos produtos não destinados a fins especificamente militares".

O nº 2 do mesmo artigo faz referência ao facto de ser competência do Conselho, deliberando por unanimidade, e sob proposta da Comissão, fixar a lista de produtos de circulação condicionada.

O Tratado também prevê métodos de cooperação visando impedir que uma medida tomada por um Estado-membro falseie as regras de concorrência. Assim, "os Estados-membros procederão a consultas recíprocas tendo em vista estabelecer de comum acordo as providências necessárias para evitar que o funcionamento do mercado comum seja afectado pelas medidas que qualquer Estado-membro possa ser levado a tomar em caso de graves perturbações internas que afectem a ordem pública, em caso de guerra ou de tensão internacional grave que constitua ameaça de guerra ou para fazer face aos compromissos assumidos por esse Estado para a manutenção da paz e da segurança internacional" - art. 224º TCEE.

No caso de as medidas assumidas falsearem a concorrência no mercado comum, a Comissão analisará com o Estado interessado as condições em que tais medidas podem ser adoptadas com observância aos preceitos e objectivos consagrados no Tratado. É isto que se conclui do art. 225º do TCEE.

12 - CONCLUSÕES PARCIAIS RELATIVAS À SEGUNDA PARTE

Como ficou dito no início desta parte, a livre circulação de mercadorias é de facto a principal liberdade consagrada no Tratado e o grande pilar da construção do mercado único.

As disposições que a regulamentam afiguram-se de composição e interpretação complexa, não sendo este facto alheio aos interesses económicos com ela relacionados, desde a necessidade dos Estados obterem receitas fiscais e aduaneiras para fortalecer os seus orçamentos, passando pela protecção da indústria nacional e ainda a preservação da moralidade e saúde pública, segurança de Estado, interesses que normalmente os Estados-membros quase que de forma individualizada pretendem acautelar.

A este propósito, é importante realçar o papel que tem desempenhado o TJCEE ao interpretar diversas disposições do Tratado, Regulamentos, Directivas, Decisões e Recomendações emanadas pelas diversas instituições comunitárias. Os acórdãos deste tribunal têm constituído grande suporte para o estabelecimento do mercado único, garantindo a livre circulação de mercadorias em perfeita concorrência.

Não se fez referência às cláusulas transitórias constantes dos actos de adesão tanto dos países que aderiram à CEE no primeiro alargamento (assinado em Bruxelas em 22/01/72 e entrou em vigor em 01/01/73 - Grã-Bretanha, Dinamarca e Irlanda; a Noruega apesar de ter assinado o acto de adesão não chegou a aderir por falta de ratificação, chumbada em referendo por 53%), no segundo alargamento (Grécia - assinado em 28/05/79 e entrou em vigor em 01/01/81) e o terceiro alargamento (Espanha e Portugal - assinado em 12/06/85 e entrou em vigor em 01/01/86). A partir desta data a Comunidade passou a ser constituída por 12 Estados.

De um modo geral, os princípios seguidos foram herdados do período de transição da CEE dos "seis": reduções escalonadas de direitos, eliminação progressiva das restrições quantitativas e de outras medidas de efeito equivalente.

A Comissão afigura-se como órgão comunitário que mais dinamiza e participa no processo de estabelecimento de mercado único, emanando diversa legislação. Este facto está intrinsecamente relacionado com o conteúdo do art. 29º do TCEE: "no exercício das

suas funções que lhe são confiadas, a Comissão orientar-se-á pela necessidade de promover as trocas comerciais entre os Estados-membros e países terceiros, pela evolução das condições de concorrência na Comunidade, desde que essa evolução tenha por efeito aumentar a competitividade das empresas e ainda pelas necessidades de abastecimento da Comunidade em matérias-primas e produtos semi-acabados cuidando que não se falseie entre os Estados-membros, as condições de concorrência relativas a produtos acabados".

Quanto ao domínio das responsabilidades no que respeita às normas da livre circulação de mercadorias, esta é totalmente dos Estados-membros, não fazendo o Tratado referência aos particulares intervenientes no comércio comunitário.

Este facto deixa bem patente que os destinatários das cláusulas reguladoras da livre circulação de mercadorias são os Estados-membros, não se verificando o chamado efeito directo horizontal, não sendo relevante que o acto ou a omissão sejam imputáveis a um órgão de soberania - Assembleia Legislativa, Governo, Tribunais - ou a um órgão de administração regional ou local.

Segundo jurisprudência do TJCEE, a violação do regime da livre circulação de mercadorias é imputável ao Estado, não só quando se trata de um organismo de direito público, mas também da sociedade regida pelo direito privado cuja direcção seja nomeada pelo governo, e subvencionada por fundo públicos e particulares.

É o consumidor final que beneficiará da livre circulação de mercadorias, dado que dela resultam grandes reduções no preço dos produtos e em simultâneo, beneficia de melhor qualidade, e prestação de melhores serviços e ainda usufruindo de mais opções.

Com a institucionalização da livre circulação de mercadorias, a CEE ganha a forma de maior bloco comercial do mundo, e a nível internacional torna-se o interlocutor e interveniente suficientemente poderoso para em conjunto com os EUA e Japão, quase ditarem o curso do comércio mundial.

III - PARTE

A VERTENTE EXTERNA DA POLÍTICA COMERCIAL COMUM - PCC

DA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA - CEE

No actual estágio de desenvolvimento do comércio internacional e de forte interacção entre Estados, o papel que é reservado a um bloco económico como a CEE é extremamente relevante e até decisor nos diversos contornos que têm caracterizado as relações comerciais entre Estados.

A esta grande força comercial, aliam-se outras, com especial destaque para os EUA, o Japão e a EFTA, não sendo de desprezar a quota de mercado que países como o Canadá, os "Tigres da Ásia" e Austrália têm vindo a conquistar em virtude de muita persistência e aumento da competitividade externa que os seus produtos vão ganhando.

No que diz respeito à CEE, a partir da altura que se constituiu como União Aduaneira e perspectivou a criação de um mercado único, os seus Estados-membros foram perdendo competências em matéria de política comercial externa, transferindo-as para a esfera de competências exclusivamente comunitárias.

Assim é, que a CEE, em termos de Política Comercial Externa, actua em uníssono através das competências que foram delegadas à Comissão das Comunidades, sendo esta a instituição que aglutina as vontades dos Estados-membros nesta matéria, e em simultâneo, toma medidas para acautelar os interesses económicos dos Estados-membros.

É nesta condição que a Comunidade participa em negociações quer de carácter multilateral, quer bilateral, a nível internacional.

Nesta terceira parte , serão abordadas as negociações que a Comunidade tem encetado no seio do GATT, as relações com os países da EFTA, nomeadamente a criação do Espaço Económico Europeu, as relações com outros países industrializados não europeus (EUA, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), as relações com os países da Europa Oriental e Central, países do Mediterrâneo, da Ásia, América Latina, o SPG e ainda os acordos CEE-ACP.

1 - A CEE NAS NEGOCIAÇÕES NO ÂMBITO DO GATT

Muito embora os Estados-membros da CEE tenham aderido individualmente no GATT - Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio - nas negociações multilaterais no âmbito desta instituição internacional, a CEE pontifica como um bloco económico representativo de uma única vontade.

A CEE tem participado nas negociações multilaterais desde a primeira ronda negocial.

As negociações têm-se caracterizado por uma constante procura de mecanismos conducentes ao desarmamento pautal, à abolição das barreiras técnicas, legislativas e administrativas às livres trocas e que na segunda parte do trabalho foram abordadas com certa minúncia.

Nesta instituição vai-se na quarta ronda de negociações multilaterais, iniciada em 1986 em Uruguay, e cujo término ainda é imprevisível, muito embora esteja apazado para finais de Dezembro do corrente ano (1993).

De uma forma muito resumida podem destacar-se os seguintes resultados nas rondas anteriores:

1ª RONDA - "DILLON ROUND" - 1960/62.

Foi proposta a redução das barreiras tarifárias que na altura ainda representavam um grande entrave ao desenvolvimento do comércio mundial.

Nela conseguiu-se um acordo que conduziu à redução de 20% dos direitos aduaneiros sobre os produtos industriais por parte dos países industrializados nas suas importações.

2ª RONDA - "KENNEDY ROUND" - 1964/67

Nesta ronda foram propostas reduções mais significativas dos direitos aduaneiros sobre os produtos industriais bem como a harmonização de certos procedimentos e legislação relativa a práticas do comércio internacional.

Em relação à ronda anterior obtiveram-se resultados mais promissores dado que foi acordada a redução em média de 50% dos direitos sobre os produtos industriais, numa base de reciprocidade entre os países industrializados e ainda foi aprovado o código anti-dumping em 1969.

3ª RONDA - "TOKYO ROUND" - 1973/79

Foi uma ronda difícil e laboriosa, muito embora fossem obtidos resultados animadores para o desenvolvimento e harmonização de procedimentos no comércio internacional.

Em termos tarifários conseguiu-se um acordo para a redução de direitos na ordem dos 30%, sobre os produtos industriais. Pela primeira vez, foram incluídos nestas negociações os produtos agrícolas, que pela sua sensibilidade e excessiva mutação do preço no mercado internacional, tem sido objecto de excessivas medidas proteccionistas. Tal facto induziu a CEE à conclusão de acordos pautais bilaterais e outros de carácter regional para regular a importação de produtos agrícolas.

Entre outras questões discutidas nesta ronda, salientam-se:

- O acordo relativo aos obstáculos técnicos ao comércio.

Grande parte dos obstáculos técnicos foram enumerados quando abordou-se, na segunda parte do trabalho, a questão das barreiras técnicas.

- O acordo relativo a interpretação e aplicação uniforme das disposições constantes dos seguintes artigos do código do GATT:

- art. 6º relativo aos direitos anti-dumping e compensadores;
- art. 16º relativo aos subsídios à produção e às exportações;
- art. 23º relativo à protecção das concessões e das vantagens comerciais;
- art. 7º relativo ao valor aduaneiro.

- Acordo sobre os mercados públicos, entre outros assuntos.

Sem pretender fazer-se um historial do desenvolvimento das negociações multilaterais no âmbito do GATT, achou-se oportuno focar, embora de forma resumida, os resultados antecedentes às negociações de Uruguay Round.

O "URUGUAY ROUND", iniciado em 1986 é a 4ª ronda de negociações multilaterais a nível mundial e é caracterizada por sucessivos impasses. Este facto é resultado da complexidade dos dossiers que foram submetidos à discussão e ainda ao proteccionismo camuflado de que muitos países se socorrem para impedir o acesso aos seus mercados de produtos terceiros.

Dos dossiers incluídos destacam-se:

- o dossier do mercado de serviços;
- o dossier dos produtos agrícolas;
- o dossier dos produtos têxteis - acordo multifibras - "AMF".

1.1 - O DOSSIER DO MERCADO DE SERVIÇOS

O sector de serviços tem vindo a assumir um grande papel na economia mundial. Estatísticas afirmam que este sector é responsável, em média, por 50% do PIB dos PVD'S e 60% no que se refere a países industrializados (PI), e a nível mundial, os países desenvolvidos controlam em cerca de 80% os serviços, contra somente, 20% dos PVD'S, isto em 1988, e com tendências a agravar-se anualmente em virtude da tecnologia de ponta detida pelos países industrializados.

Fazendo uma breve referência à essência do dossier consiste na procura de mecanismos, através de negociações multilaterais para adopção de uma política comercial de serviços nos países membros do GATT dos quais a CEE é parte integrante, isto como forma de disciplinar o sector e expandi-lo em condições de transparência e de liberalização progressiva, de modo a beneficiar todos os parceiros do comércio internacional e promover o desenvolvimento dos PVD'S - arranjos da Declaração de Punta Del Este, apresentada na abertura do Uruguay Round.

A noção comunitária de serviços é-nos fornecida pelo art. 60º do TCEE como sendo prestações realizadas normalmente mediante remuneração, na medida em que não sejam reguladas pelas disposições à livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas, compreendendo actividades de natureza industrial, comercial, artesanal e profissões liberais.

De entre estes itens, dá-se especial relevo nas negociações, no GATT, à liberalização mundial da prestação de serviços financeiros,

transportes terrestres, marítimos e aéreos e ainda aos serviços com recurso à tecnologia de ponta, como os de telecomunicações.

Tal como afirma Pedro Alves (12), "uma negociação sobre serviços só faz sentido entre países ricos que já atingiram ou estão em vias de atingir o estágio de terciarização da economia, pois trata-se de um sector onde os PVD'S nada têm para oferecer. Assim, o quadro geral que venha a estabelecer-se apenas interessará um número reduzido de partes contratantes e, só entre elas se fará a liberalização, mantendo os PVD'S os seus quadros próprios de regulamentação que só muito lentamente poderão registar movimentos de abertura".

O arranque das negociações multilaterais nesta matéria ficou condicionado à sistematização dos elementos que seriam abordados, tendo-se concluído sobre cinco questões básicas (13):

- Questões relativas às definições e às estatísticas;
- Conceitos gerais sobre os quais poderiam fundamentar-se os princípios e regras para o comércio de serviços, incluindo eventuais disciplinas por sector;
- Campo de aplicação do quadro multilateral relativo ao comércio de serviços;
- Disciplinas e arranjos internacionais existentes;
- Medidas e práticas susceptíveis de contribuírem para a expansão de comércio de serviços ou que a limitam, incluindo especialmente os obstáculos notados pelos diferentes participantes, a que as condições de transparência e liberalização progressiva poderiam ser aplicáveis.

A liberalização de mercado de serviços torna-se demasiado complexa, pois consubstancia-se entre outras matérias, no direito de estabelecimento, na liberdade de circulação de trabalho e liberdade de prestação transaccional de serviços, tendo contudo, uma forte relação de complementaridade com o comércio de mercadorias.

Como se pode facilmente notar, as barreiras à liberalização do mercado de serviços são demasiado complexas. Este facto faz com que as negociações sejam bastante lentas e caracterizadas por fortes divergências entre os países industrializados e os PVD'S.

Os países industrializados (PI'S) têm adoptado uma postura liberalizante, dada a clara vantagem e conhecimento que possuem na área de comercialização de serviços e a necessidade de expandí-los por todo o mundo, deixando marcas bem vincadas da sua tecnologia. Em contrapartida, os PVD'S, cientes da sua falta de

competitividade neste mercado e quase da total impossibilidade de um desempenho eficiente em países industrializados, têm se mostrado muito reticentes à liberalização do mercado de serviços.

Se é verdade que os PI'S estão motivados a liberalizar o mercado, estes diferem no que respeita à dimensão e conceptualização da liberalização, daí este ponto ter sido abordado na última cimeira do Grupo dos 7 (EUA, Japão, Alemanha, Canadá, Inglaterra, França e Itália), realizada em Tokyo nos dias 6 e 7 de Julho de 1993, em que os líderes dos países mais industrializados comprometeram-se a proceder a concessões mútuas que levem a concerto de posições, visando um rápido acordo nesta matéria no âmbito do GATT, como forma de fazer desaparecer as fronteiras internacionais deste complexo mercado.

Os PVD'S cientes das suas limitações neste sector constataam que a liberalização do sector dos serviços sem contrapartida, nomeadamente nos domínios de agricultura e dos têxteis, constituiria uma séria ameaça para as suas frágeis economias.

1.2 - O DOSSIER DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

Os produtos agrícolas representam o dossier mais complexo do "Uruguay Round", não se encontrando as partes muito dispostas a abrirem mãos às práticas proteccionistas e subvencionistas de que se socorrem para manterem a concorrência e competitividade dos seus produtos nos mercados internacionais e, em simultâneo, impedirem o livre acesso de produções de terceiros países nos seus mercados internos.

As posições de destaque e que constituem princípios em discussão são basicamente as seguintes:

EUA

Como grande produtor e exportador líquido, defendem a livre actuação das forças do mercado como instrumento regulador das trocas comerciais de produtos agrícolas. São favoráveis a abstinência dos Governos no que diz respeito a intervenção no mercado, quer através de políticas de fixação de preços, quer através da concessão de subsídios aos produtores.

Na mesma linha de raciocínio, advogam a extinção da política de ajuda às exportações e a realização de negociações que abranjam todos os produtos agrícolas (alimentos, bebidas, produtos florestais

e produtos de pesca), defendendo ainda que o comércio internacional de produtos agrícolas deve ser unicamente norteado pelo princípio das vantagens comparativas e não deve ter em conta aspectos como a auto-suficiência alimentar, segurança alimentar ou outros fins de natureza não-económica.

Esta posição, como se pode constatar, é altamente liberalizante, aliás, o que não é de surpreender, pois, os EUA têm tomado nos foruns internacionais, essa posição sempre que apresentam uma clara vantagem competitiva na matéria em discussão.

CEE

Em matéria de comercialização de produtos agrícolas, a CEE rege-se por uma Política Agrícola Comum, prevista no art. 3º, alínea e) do Tratado de Roma, ao consagrar que uma das acções da CEE consiste na "adopção de uma política comum no domínio da agricultura".

Esta política tem sido alvo de fortes críticas no âmbito das negociações multilaterais do GATT em virtude do excessivo protecçãoismo que a caracterizam, nomeadamente o recurso a aplicação dos direitos niveladores agrícolas, a concessão de subsídios aos agricultores e ainda as restrições à importação.

Dada a sensibilidade deste sector no território comunitário, não tem sido fácil à CEE proceder a concessões razoáveis quanto à liberalização do mercado de produtos agrícolas.

A política Agrícola Comum da CEE é constituída por um conjunto muito complexo de mecanismos, quer tarifários, quer financeiros, ou ainda de contigentação, que transformam o mercado comunitário de produtos agrícolas numa zona fortemente protegida e de difícil acesso para os produtores não comunitários.

As instituições comunitárias advogam que a PAC visa harmonizar e integrar as diferentes políticas agrícolas dos países membros da CEE, de modo a que entre elas as diferenças sejam reduzidas, consolidando-se uma única política agrícola.

Como argumentos de fundo para a continuação da aplicação da PAC, mesmo contra vontade de outros parceiros internacionais do GATT, a CEE tem afirmado que os objectivos da PAC legitimam a sua existência no território comunitário, dado destinar-se ao aumento da produtividade agrícola, assegurando um nível de vida equitativo à população agrícola e estabilizando os mercados, garantindo desse modo, a segurança do abastecimento do mercado comunitário, assegurando preços razoáveis aos consumidores.

Os mecanismos como os "Prelevements" que consistem na aplicação de uma taxa sobre as importações na comunidade quando os preços do mercado mundial são mais baixos que os do mercado comunitário, como forma de elevá-los ao nível dos que vigoram na CEE, e ainda na aplicação de uma taxa à exportação como forma de desencorajar a exportação de produtos agrícolas que fazem falta no abastecimento do mercado comunitário, e as "Restituições à Exportação" que têm por finalidade compensar a diferença entre os preços do mercado mundial e os do comunitário, como forma de incentivar a exportação para países terceiros, têm sido fortemente criticados no seio do GATT.

A CEE, através do FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - tem afectado avultadas verbas para estabilizar o mercado agrícola, comportamento extremamente contestado por outros parceiros internacionais, com especial destaque para os EUA que acham este tipo de protecção, altamente destorcido das regras e princípios do comércio internacional, consagrados no GATT.

A POSIÇÃO DOS PVD'S

Os PVD's reivindicam a necessidade de no GATT, ponderar-se, no comércio internacional de produtos agrícolas, sobre os factores que os grandes produtores e exportadores consideram desprezíveis.

Para que as suas produções se tornem mais competitivas, têm apelado por maiores investimentos no sector agrícola como forma de recuperarem as suas economias e diminuir o fosso que os separa dos países desenvolvidos, dado ser o sector agrícola, aquele que têm mais possibilidades de se organizarem, produzirem e ombrearem no mercado internacional com os grandes produtores.

Paralelamente a este conjunto de reivindicações, exigem a distinção entre as subvenções cujo objectivo é incentivar a produção como forma de se garantir a auto-suficiência e segurança alimentar e a política de subvenções que tem por objectivo incentivar as trocas internacionais, considerando as primeiras legítimas e humanamente aceites, e as segundas como um factor perturbador do comércio internacional e com tal, devendo ser eliminadas.

1.3 - O DOSSIER DOS PRODUTOS TÊXTEIS E O ACORDO MULTIFIBRAS - "AMF"

Os produtos têxteis constituem uma presença constante nas negociações multilaterais do GATT tendo, contudo, ganho forma com a institucionalização do Acordo Multifibras - AMF - em 1974, depois de saturadas negociações.

O AMF concede aos Estados signatários a prerrogativa de tomarem medidas selectivas em derrogação das regras do GATT, contra as importações de têxteis susceptíveis de provocar uma desorganização do mercado, conferindo ainda, poderes as partes contratantes de procederem antecipadamente a negociações bilaterais, visando obter acordos de protecção sempre que o risco se manifeste real.

No âmbito do AMF, os países produtores comprometem-se a limitar as suas exportações e, em contrapartida, têm acesso garantido ao mercado com taxas acordadas e uma certa flexibilidade na gestão das quotas.

Em conformidade com as prerrogativas do AMF e, dentro da política do SPG, a CEE celebrou alguns acordos bilaterais que regem a exportação para a comunidade, de produtos têxteis, por alguns países, sendo de destacar os celebrados com os Estados da Europa Oriental e do Leste, o Extremo-Oriente, Países da América Latina, países do Mediterrâneo e a China.

Um outro acordo sobre a mesma matéria foi rubricado com os EUA como forma de pôr termo a certos diferendos - reciprocidade no tratamento.

Entre as grandes medidas consubstanciadas no AMF destacam-se, a estabilização das taxas de importação globais, o rateio do volume de exportações entre os exportadores novos e os tradicionais, com benefícios para os novos, a introdução de uma cláusula admitindo a denúncia temporária do Acordo e ainda a criação, no âmbito do GATT, da Comissão dos Têxteis e de um Órgão de Vigilância que velaria pelo Acordo e teria capacidade arbitral entre os participantes.

Dada a sua importância para reger o comércio mundial de têxteis, protegendo o mercado dos países industrializados face ao galopante crescimento da competitividade de países da Ásia e América Latina, o AMF tem sido sistematicamente prorrogado.

Em 09 de Dezembro de 1992, uma decisão do Comité dos Têxteis, prorroga o Acordo sobre o Comércio de Têxteis, por um período de 12 meses: "O Comité decidiu manter em vigor o actual AMF, prorrogado pelo protocolo de 1986 e pelo protocolo de 1991, por uma novo período de 12 meses, compreendido entre 01 de Janeiro de 1993 e 31 de Dezembro de 1993, atendendo a que as negociações do "Uruguay Round" ainda não foram concluídas".

Na CEE, o protocolo foi recebido pela Decisão nº 93/97/CEE, do Conselho, de 09 de Fevereiro de 1993.

Actualmente, nas negociações do GATT, questiona-se a manutenção do AMF, dado este, ultimamente, não defender os interesses dos grandes produtores têxteis. Aventa-se a hipótese da sua extinção e retorno as regras do GATT, através dum protocolo menos inibidor das exportações e menos protector dos mercados internos dos países industrializados.

Certamente que o acordo final do "Uruguay Round" trará muitas melhorias na liberalização do comércio mundial de produtos têxteis, com a eliminação do forte proteccionismo subjacente ao AMF ora prorrogado.

2 - AS RELACÕES COMERCIAIS CEE - EFTA O ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU - EEE

Abordar as relações comerciais CEE/EFTA, fora do quadro do Tratado do Porto, que institui o Espaço Económico Europeu (EEE), tem um significado meramente histórico, não sendo contudo desprezível para uma melhor percepção da actual dinâmica do comércio na Europa dos Dezanove, muito embora a Suécia não tenha ratificado até a data o Tratado do EEE (CEE+EFTA).

Sem recuarmos muito no tempo, partiremos do momento em que quatro Estados (Reino Unido, Dinamarca, Irlanda e Noruega), até então membros da EFTA, assinam Tratados de adesão às Comunidades Europeias. É de realçar que só três dos Estados aderiram efectivamente as CE, em virtude da falta de ratificação por parte da Noruega, como consequência do resultado desfavorável obtido na consulta nacional (referendo) sobre a questão da adesão.

Em 22 de Janeiro de 1972, dá-se o 1º alargamento da CEE com a adesão de três novos Estados (entrou em vigor em 01/01/73).

A partir dessa altura, questiona-se sobre a forma em que decorreriam as relações comerciais entre os países que permaneceram na EFTA e os seus ex-parceiros, agora membros da CEE. Na altura vigorava, entre os Estados da EFTA, uma zona de comércio livre para os produtos industriais.

Como forma de estabelecer um quadro de cooperação comercial entre a CEE dos nove e a EFTA, celebraram-se diversos acordos bilaterais que instituíam uma zona de comércio livre entre a CEE e cada um dos países da EFTA.

Em 01 de Janeiro de 1973 entram em vigor acordos entre a CEE e a Áustria, Suíça, Suécia, Islândia e Portugal.

Diferentemente do que se passava com outros países da EFTA, o acordo com Portugal, não só abarcava os produtos industriais, como também abrangia certos produtos agrícolas.

Em 01 de julho do mesmo ano, entra em vigor o acordo com a Noruega que também seguiu a mesma filosofia dos restantes países da EFTA: estabelecimento de uma zona de comércio livre para os produtos industriais. Quanto a Finlândia, só em Janeiro de 1974 é que o acordo entrou em vigor.

Os acordos que a CEE estabeleceu individualmente com os países da EFTA tinham por objectivo final, a expansão das trocas comerciais mútuas através da eliminação dos entraves ao comércio de produtos industriais, de modo a criar-se um mercado europeu alargado.

Só em Janeiro de 1984 é que foram totalmente eliminados, entre as partes, os direitos aduaneiros aplicáveis aos produtos industriais, bem como às restrições quantitativas.

Em 1985, Portugal adere às Comunidades, tendo o Acto de Adesão entrado em vigor em 01 de Janeiro de 1986. A partir dessa altura, Portugal assumiu todos os acordos bilaterais e multilaterais que até então, a CEE havia firmado com países ou grupo de países terceiros, muito embora tivessem sido previstas no acto de adesão, cláusulas transitórias, derogativas de alguns princípios constantes do Tratado de Roma.

As relações CEE/EFTA ganham uma outra dimensão quando em 1989 é lançada, pela Comissão das Comunidades, uma proposta no sentido de se estabelecer um quadro mais abrangente e equilibrado, com base em benefícios recíprocos. Trata-se da criação de um Espaço Económico Europeu que abarcasse a livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais.

Não se pretende aqui, fazer um estudo exaustivo e acabado das linhas mestres do EEE, mas tão somente focar alguns aspectos fundamentais que o caracterizam, sobretudo os que mais se relacionam com a Política Comercial Comum.

Em linhas gerais, pode-se dizer que com o acordo que institui o EEE, assinado na cidade do Porto (Palácio da Bolsa), em 02/05/92 e que entrou em vigor em 01 de Janeiro de 1993; data da instituição do Mercado Interno na CEE, pretendeu-se criar melhores condições, conducentes a expansão das trocas comerciais na Europa e no mundo, possibilitando um desenvolvimento harmonioso das relações económicas e de produtividade, criando, em simultâneo, condições que permitam uma melhoria dos níveis de vida e de emprego e proporcionando na europa, uma maior estabilidade financeira.

A prossecução destes objectivos implicava a partida a consagração das quatro liberdades fundamentais já muitas vezes citadas no presente trabalho.

Para um melhor desenvolvimento do comércio europeu, através de maiores níveis de liberalização, as partes acordaram em eliminar as barreiras ao comércio ainda prevalecentes, nomeadamente barreiras técnicas, físicas e fiscais (ver II parte, ponto 4 e seguintes).

Foram também simplificados os aspectos técnicos das regras de origem aplicadas entre as partes.

Quanto aos procedimentos administrativos, estes já haviam sofrido uma simplificação razoável em 01/01/88 com a entrada em vigor da Convenção sobre a simplificação das formalidades administrativas relativas ao comércio de mercadorias entre a CEE e os países da EFTA, bem como no interior de cada um dos blocos comerciais. Isto implicou a assimilação do Documento Administrativo Único (DU) pela CEE e pela EFTA.

No mesmo dia entra em vigor a Convenção Sobre o Procedimento de Trânsito Comum aplicável aos transportes internacionais de mercadorias entre a CEE e a EFTA.

Dentre outras medidas previstas no Tratado do Porto, destacam-se a abolição das restrições às exportações, de forma progressiva e até finais de 1993 e ainda o alargamento do comércio livre aos produtos agrícolas e de pesca que servem de matéria-prima à produtos industriais.

Como forma de se obter uma maior integração das economias dos dois parceiros comerciais e de se consolidar o espírito do mercado interno, foi prevista a abertura dos mercados nacionais de compras públicas à livre concorrência, consagrando-se nesta matéria, o princípio da não-discriminação, segundo o qual, os potenciais fornecedores estrangeiros devem ser colocados numa posição de igualdade com os fornecedores nacionais na adjudicação de contratos de compras públicas, incluindo contratos do Governo Central, regional ou Local.

Deram-se passos significativos na liberalização do mercado de serviços financeiros, nomeadamente, bancários e seguros, muito embora o desempenho dessas actividades fique condicionado a observância de princípios constantes do Tratado, isto como forma de disciplinar o mercado, oferecendo maiores garantias a todos intervenientes.

A institucionalização do EEE representou, no fundo, a extensão dos princípios e regras comunitárias relativas à constituição do mercado interno, aos sete países do grupo EFTA, obtendo-se desse modo, um quadro de forte cooperação e integração económica na Europa.

3 - A CEE E OS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS NÃO EUROPEUS EUA, JAPÃO, CANADÁ, AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA

Nestas relações maximiza-se o efeito útil da cláusula da nação mais favorecida, prevista no art. 1º do Código do GATT, segundo a qual, "qualquer vantagem, favor, privilégio, ou imunidade concedida por uma parte contratante a um produto originário de outro país ou a ele destinado, será imediata e incondicionalmente, extensiva a todos os produtos similares originários dos territórios de quaisquer outra parte contratante ou a eles destinados. Esta disposição refere-se aos direitos aduaneiros e às imposições de qualquer espécie que incidem sobre as importações ou exportações, assim como as que incidem sobre as transferências internacionais de fundos destinados ao pagamento de importações ou exportações, ao modo de percepção destes direitos e imposições, e todas as regulamentações e formalidades relativas as importações e exportações".

Na verdade, as relações comerciais que a CEE estabelece com este grupo de países consideram-se "Não-Preferenciais", pois realizam-se na base de reciprocidade e concessão de vantagens mútuas.

Grande parte dos aspectos abordados nas negociações multilaterais que a CEE desencadeia no âmbito do GATT, dizem respeito ao concertar de posições com esta classe de países, dado que com os PVD'S, tanto da África, Ásia e América Latina, a técnica de abordagem é totalmente diferente em virtude da não reciprocidade do tratamento preferencial que se pretende alcançar.

De forma muito sintética, até porque o conteúdo das negociações aproxima-se, podemos individualizar da seguinte maneira as relações estabelecidas com o grupo de países industrializados:

3.1 - CEE/EUA

Muito embora haja uma proximidade nas opções políticas destes dois grupos económicos, em termos comerciais, tem-se verificado fortes divergências nas negociações para a liberalização do comércio mundial, com base nos princípios do GATT.

As grandes divergências respeitam à comercialização de produtos agrícolas (já analisamos no ponto 1.2), a livre prestação de serviços (ver ponto 1.1) e ainda ao dossier de produtos têxteis (1.3).

Como forma de melhor concertarem as posições e facilitarem o curso das negociações multilaterais, os dois blocos económicos optaram pela realização de reuniões ou cimeiras de consulta semestrais a nível mais elevado entre a Comissão das Comunidades europeias e a Presidência Americana.

Não obstante o esforço que as duas partes têm realizado, as negociações nem sempre são frutíferas e isto acontece sobretudo pelo desentendimento entre a linha americana muito liberal e a posição que a CEE, encabeçada pela França, defende, de uma maior concertação e atenção na liberalização de modo a não tornar mais frágeis os sectores economicamente sensíveis na comunidade (defesa da política agrícola e contra a evasão da Europa pelas grandes multinacionais americanas na prestação de serviços, sobretudo de tecnologia de ponta):

3.2 - CEE/JAPÃO

As relações comerciais entre a CEE e o Japão também não têm sido muito pacíficas, dado este último país ser considerado um promotor da prática do dumping.

A este facto não está alheia a grande vantagem que os japoneses a nível mundial consolidaram no sector de tecnologia de ponta. Referimo-nos aos produtos electrónicos e de telecomunicações, máquinas de escrever, material informático, material fotográfico, automóveis, entre outros.

O Japão tem seguido uma política de preços agressiva, praticando preços baseados numa produção em grande escala e em simultâneo recorrendo ao dumping com o objectivo de eliminar a concorrência e monopolizar o mercado.

O mecanismo de defesa comercial com base no recurso à aplicação dos direitos anti-dumping ou compensadores, constitui a arma mais usada pelas instituições comunitárias para refrear os ânimos japoneses.

Para reduzir os excessivos conflitos que se têm verificado em vertude do atrás descrito e ainda da excessiva prática proteccionista dos japoneses, com forte apelo ao nacionalismo, as duas partes resolveram, fora do GATT, proceder a consultas mútuas com certa regularidade, visando identificar com mais nitidêz as barreiras técnicas e administrativas de que o Japão normalmente se socorre para impedir ou desestimular as importações da Europa.

Um outro factor inibidor das importações comunitárias para o Japão relaciona-se com os hábitos japoneses e a complexa rede de distribuição adoptada no território nipónico que dificulta o desempenho de operadores estrangeiros.

3.3 - CEE/CANADÁ

As grandes questões que se colocam nas relações comerciais entre a CEE e o Canadá em muito se assemelham com as que se impõem no comércio CEE/EUA, e no limite convergem para a mesma linha. Todavia, a CEE e o Canadá celebraram um acordo em 1976 que constitui uma inovação nas relações que a CEE estabelece com o mundo industrializado não europeu.

O acordo destina-se ao estabelecimento de relações directas entre as duas partes e diversificação da cooperação comercial e económica.

No âmbito do GATT, a política agrícola comum e sobretudo a comercialização da carne bovina do Canadá no espaço comunitário, têm constituído "o calcanhar de aquiles" entre estes dois espaços económicos e objecto de fortes diferendo.

3.4 - CEE/AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA

Pouco se pode dizer sobre as relações comerciais entre a CEE e estes dois países, que não constitua uma repetição do que atrás foi dito no que concerne às relações entre a CEE e P.I.S. Importa todavia referir um pormenor resultante do primeiro alargamento da CEE, com a adesão do Reino Unido.

Dado estes países fazerem parte da Commonwealth, detinham um conjunto de relações preferenciais com o Reino Unido que se traduziam na aplicação de direitos aduaneiros reduzidos nas importações no Reino Unido.

A CEE, para não neutralizar este tratamento preferencial de que os países da Commonwealth beneficiavam, optou pela redução dos direitos aduaneiros para uma gama de produtos oriundos destes países, desde 1975.

No GATT, as partes têm-se confrontado sobretudo no campo de concessões tanto tarifárias como quantitativas, nas exportações para o território comunitário.

4 - A CEE E OS PAÍSES DO MEDITERRÂNEO

A POLÍTICA MEDITERRÂNICA COMUNITÁRIA

A CEE estabeleceu uma política comercial para a bacia do Mediterrâneo. Tal facto não é alheio a presença nesta região de cinco Estados-membros (França, Itália, Grécia, Espanha e Portugal) e a necessidade de pacificar, quer militar, quer politicamente a zona e em simultâneo contribuir para o desenvolvimento social, cultural e económico de toda a região.

Os acordos vão desde simples actos de cooperação passando pela associação e ainda a institucionalização de zonas de comércio livre, encontrando-se fora desta diversidade de relações, a Líbia e a Albânia, um pouco pelas suas opções políticas e por serem considerados hostis ao Ocidente e ao mundo democrático.

As relações entre estes dois grupos de países são anteriores à adesão da Grécia, Portugal e Espanha.

Com a Grécia, estabeleceu-se um primeiro acordo de comércio livre que culminou com a adesão deste país às comunidades europeias. O mesmo passou-se com Portugal e Espanha que no início da década 70, celebraram acordos de comércio livre (Portugal) e de tratamento preferencial (Espanha).

Estes acordos em certa medida, facilitaram as negociações para a adesão dos dois Estados à CEE.

Os países da bacia do mediterrâneo podem ser divididos em dois grandes grupos consoante o tipo de acordos estabelecidos com a CEE.

4.1- CEE/PAÍSES EUROPEUS DO MEDITERRÂNEO (NORTE) E ISRAEL

TURQUIA, MALTA, CHIPRE E ISRAEL

Os acordos que a CEE estabeleceu com este grupo de países individualmente, são em termos comerciais, mais abrangentes e ambiciosos, sendo o mais antigo o firmado com a Turquia em Setembro de 1963 e que tem por objectivo, após a institucionalização de uma união aduaneira, à adesão plena deste país às comunidades europeias.

Os acordos de associação com Malta e Chipre datam respectivamente de Março de 1976 e Setembro de 1977 e tem por fim a constituição duma união aduaneira.

Quanto a Israel, o acordo estabelecido visou a constituição de uma zona de comércio livre para os produtos industriais, e funciona com base no princípio da reciprocidade.

4.2 - CEE/PAÍSES DO SUL E LESTE DO MEDITERRÂNEO

MAGREBE - ARGÉLIA, TUNÍSIA E MARROCOS;

MACHEREQUE - SÍRIA, LÍBANO, JORDÂNIA E EGITO

Antes de mais, é importante citar que o grupo dos países do Magrebe, para além dos três países acima referidos, inclui ainda a Líbia e a Mauritânia.

Os acordos com estes países datam de Abril de 1976 (Magrebe) e Janeiro de 1977 (Machereque) e na essência, têm por objectivo criar laços de cooperação económica e comercial entre estes últimos e a CEE, através de concessões unilaterais efectuadas pela Comunidade visando um incremento nos níveis de exportação da bacia do mediterrâneo como forma de equilibrarem as suas balanças comerciais.

Os acordos fundamentam-se no tratamento preferencial concedido pela Comunidade, e têm muitos aspectos em comum, abarcando não só a área comercial como também a cooperação industrial e ajuda financeira para projectos de desenvolvimento, e tal como afirma R. C. Hinie (14), os elementos da política comunitária mediterrânica podem ser resumidos em:

- livre acesso das exportações de produtos industriais do mediterrâneo no território comunitário;
- elevadas concessões tarifárias para cada país do mediterrâneo na exportação de produtos agrícolas para CEE;
- princípio de não reciprocidade nos benefícios concedidos aos países do Magrebe e Machereque;
- concessão de ajuda financeira e outras formas de cooperação, como por exemplo, colaboração em projectos em área de ciência e tecnologia e ainda na resolução de questões relacionadas com a imigração da mão-de-obra.

Para terminar a abordagem institucional das relações entre a CEE e a bacia do mediterrâneo, resta realçar que muitos dos países abrangidos pelos acordos, também beneficiam das preferências que a CEE concede no âmbito do sistema de preferências generalizadas (SPG), destacando-se os países do Magrebe, do Machereque e o Chipre.

5 - A CEE E OS PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL E OS TERRITÓRIOS DA EX-URSS

HUNGRIA, POLÍNIA, BULGÁRIA, ROMÉMIA, REPÚBLICA CHECA E ESLOVÁQUIA, ESTADOS DA EX-JUGOSLÁVIA (BÓSNIA-HERZEGOVINA, CROÁCIA, ESLOVÉNIA, MACEDÓNIA, MONTENEGRO)

As relações com os países que constituíam o COMECON, sofreram muitas mutações com o fim da guerra fria e o desmoronar dos Estados classicamente comunistas.

Na verdade, a "opção" dos ex-países de comércio de Estados em seguirem os princípios que norteiam a economia do mercado e a via pluripartidária, distorceu completamente o tipo de relações comerciais que o Ocidente até então estabelecia com esse grupo de países, emergindo novos acordos de cooperação e até de associação com os "novos" Estados.

Parte dos Estados, em virtude da normalidade com que decorreu o processo de transição e de fortes indícios de estabilidade que tem caracterizado as suas economias e construção de países verdadeiramente democráticos, viu firmado com a CEE, acordos de associação e cooperação extremamente ambiciosos e que a médio prazo poderão levar à adesão dos mesmos à Comunidade. Entre estes Estados, podemos citar a Polónia, Roménia, Hungria, República Checa e Eslováquia.

Os acordos que a CEE estabeleceu com estes países são, em linhas gerais, semelhantes, tirando algumas pequenas diferenças resultantes da necessidade de tornar os acordos mais adequados à realidade do país parceiro, e em simultâneo não provocar graves distorções no mercado comunitário sobretudo de produtos agrícolas e têxteis.

5.1 - CEE/POLÓNIA

As relações entre a CEE e a Polónia são regidas pela Decisão nº 92/228/CEE, do Conselho das Comunidades, de 25/02/92, que estabelece entre a CEE, por um lado, e por outro a Polónia, um acordo do tipo que se convencionou designar por "Acordo Europeu".

Sem recuarmos muito no tempo, analisaremos as relações com base nos desenvolvimentos mais recentes.

Em 16/12/91, em Bruxelas, a CEE e a Polónia estabeleceram um "Acordo de Associação".

Dos objectivos desse acordo destacam-se:

- Criar um enquadramento adequado para o diálogo político;
- Regular as relações comerciais e económicas entre as partes;
- Estabelecer disposições relativas à cooperação e assistência financeira, bem como a promoção em questões culturais;
- Reforçar e alargar as relações previamente estabelecidas através do acordo sobre o comércio e cooperação comercial e económica entre a CEE e a Polónia, assinado em 19/09/89 e o protocolo sobre comércio e cooperação comercial e económica entre a CECA e a Polónia, assinado em 16/10/91.

A Decisão nº 92/228/CEE, de 25/02/92, do Conselho, publicada no J.O. nº L114 de 30/04/92, relativa ao "Acordo Europeu" entre a CEE e a Polónia, fixa obrigações recíprocas e equilibradas entre as partes. Da sua essência podemos salientar:

- Estabelecimento progressivo de uma zona de comércio livre durante um período de transição de, no máximo, dez anos a contar da data da entrada em vigor do acordo, em conformidade com as regras estabelecidas pelo acordo e pelo GATT, nomeadamente o uso da nomenclatura combinada das mercadorias na classificação das mercadorias objecto de trocas comerciais entre as partes, e ainda a redução progressiva dos direitos, tendo como base os direitos em vigor no dia anterior à entrada em vigor do acordo.

A zona do comércio livre instituída pelo "Acordo Europeu" abrange os produtos industriais, agrícolas e de pesca.

Para se tornar efectiva a zona de comércio livre, as partes concordaram na abolição das restrições quantitativas aplicadas às importações de produtos agrícolas originárias da Polónia, na abolição por parte da Polónia das restrições quantitativas à importação de produtos agrícolas da CEE e ainda na progressiva redução de direitos aduaneiros aplicáveis aos produtos industriais de modo a obter-se uma eliminação total dos direitos antes do termo do quarto ano após a entrada em vigor do acordo.

5.2 - CEE/REPÚBLICAS CHECA E ESLOVACA

- São regidas pela Decisão nº 92/229/CEE, do Conselho, de 25/02/92, publicada no J.O. nº L115 de 30/04/92.

5.3 - CEE/HUNGRIA

- Relações regidas pela Decisão nº 92/230/CEE, do Conselho, de 25/02/92, publicada no J.O. nº L116 de 30/04/92.

5.4 - CEE/ROMÉNIA

- Relações reguladas pela Decisão nº 93/186/CEE, do Conselho, de 08/03/93, publicada no J.O. nº L81 de 02/04/93.

Estas relações (5.2, 5.3 e 5.4) são estabelecidas com base no tipo de "Acordo Europeu" de associação entre cada um dos Estados e a CEE, e em termos de conteúdo é válido o referido no estudo das relações CEE/Polónia dado que a filosofia seguida na sua elaboração bem como os objectivos tanto intermédios como finais são coincidentes.

5.5 - CEE/ESTADOS DA EX-JUGOSLÁVIA E EX-URSS

Depois do desmembramento destes Estados e do aparecimento de muitos outros cujo o delineamento das fronteiras é hoje objecto de graves confrontos que levaram a novas guerras civis na Europa, não se pode falar de uma política comercial institucionalizada com os novos Estados.

No que respeita aos Estados da ex-Jugoslávia, a CEE concede benefícios comerciais equivalentes aos do antigo acordo de cooperação, que consistem na abolição das restrições quantitativas ou medidas de efeito equivalente para os produtos industriais importados na CEE. Aos demais produtos (agrícolas e têxteis) as relações são regidas no âmbito do SPG.

A CEE tem levado a cabo uma série de negociações com vista a criação de um quadro de cooperação técnica, económica e comercial com a CEI - Comunidade de Estados Independentes. Não se pode falar na existência de um quadro definitivo ou perfeito, mas sim em acordos pontuais visando a concessão de facilidades comerciais, financiamentos e ainda ao desenvolvimento da cooperação em diversos domínios, não se podendo adiantar muito sobre a política comercial comunitária com estes Estados, dado encontrar-se ainda em concepção.

6 - CEE E OS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO DA ÁSIA E AMÉRICA LATINA

Muito embora os PVD'S da Ásia e da América Latina sejam um forte parceiro comercial da Comunidade, sobretudo nos produtos agrícolas e têxteis (excluímos os países membros da OPEP) esta não tem estabelecido acordos com vista a concessão dum tratamento preferencial nas suas trocas comerciais com estes países.

Na América Latina, a CEE tem firmado acordos "não preferenciais" com organismos de integração económica regional, como é o caso dos firmados com o Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Perú e Venezuela) e com o Tratado Geral para a Integração Económica na América Central (Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador) e ainda com o Panamá.

Estes acordos, embora não prevejam concessões tarifárias no comércio entre as partes, visam estimular, diversificar e promover

as trocas comerciais e incrementar os níveis de cooperação industrial, técnica e científica entre a CEE e a América Latina.

O mesmo acontece com os países da Ásia, em que os acordos bilaterais não prevêem concessões tarifárias nem tratamento preferencial, sendo de âmbito semelhante aos estabelecidos com países ou grupo de países da América Latina.

Os PVD'S da América Latina e da Ásia só beneficiam do tratamento preferencial através dos contingentes industriais, têxteis e agrícolas fixados pela CEE no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG).

7 - CEE/CHINA

No relacionamento entre a CEE e a China não foi ainda estabelecido um protocolo para o desenvolvimento do comércio preferencial, muito embora existam acordos de cooperação em diversos domínios de actividade económica.

A China está a industrializar-se e paulatinamente a proceder a fortes reformas económicas visando a implantação duma verdadeira economia do mercado, propulsora do desenvolvimento económico não artificializado.

Hoje em dia, oferece os seus produtos no mercado mundial a preços muito competitivos, sobretudo nos sectores têxteis e agrícola e ainda de produtos electrónicos.

8 - AS RELAÇÕES ENTRE A CEE E OS PAÍSES DO SPG

Antes de mais importa referir a génese do SPG.

O Sistema de Preferências Generalizadas surge no âmbito das sessões de trabalho da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), com o objectivo de promover o nível das exportações dos PVD'S e com destino aos PI'S, na base de concessões que os PI'S devem efectuar às suas importações originárias dos PVD'S.

O objectivo do SPG é apoiar os países em desenvolvimento a diversificar as suas economias, nomeadamente por via da industrialização, e a encontrar mercados para os produtos transformados que os mesmos produzem.

É, por excelência, um regime de tratamento preferencial fundado na necessidade de aumentar as receitas de exportações dos PVD'S, promovendo a sua industrialização e acelerando o seu crescimento económico.

A designação SPG resulta do pressuposto de que os países industrializados ou mais desenvolvidos deviam aplicar um tratamento nitidamente preferencial às importações oriundas dos PVD'S. Todavia, tal facto não chegou a verificar-se nesses moldes dado que as preferências foram sendo estabelecidas com base em regimes autónomos, em que os país industrializado importador, fixava tanto o nível de preferências bem como o leque de países beneficiários.

O SPG não é uma política de origem comunitária; contudo, foi a CEE a primeira instituição a adoptá-la em 01/07/71, seguida do Japão, Noruega, Filândia, Suécia, Nova Zelândia, Suíça, Áustria e Canadá. Os EUA foram protelando a sua adopção, e só em 1976 é que começaram a conceder preferências pautais no âmbito das prerrogativas do SPG.

As preferências são concedidas na base da não discriminação e não reciprocidade.

A não discriminação pressupõe que as preferências sejam concedidas a todos os PVD'S. Tal facto não acontece pois na prática, os países concessionores estabelecem diversos esquemas de aplicação como:

- exclusão ou acesso preferencial limitado de certos produtos a certos beneficiários;
- exclusão de certos PVD'S de todas as vantagens preferenciais;
- aplicação de margens preferenciais.

Os esquemas são estabelecidos tendo em conta a capacidade competitiva de cada PVD. Se pelas suas potencialidades ou desenvolvimento numa determinada área, um PVD constituir um sério concorrente ou até destorcedor da estabilidade do mercado dum PI, este limita-se a congelar as preferências às importações do PVD em causa. Este comportamento ou margem de manobra dos PI'S é excessivamente limitador da capacidade de penetração dos PVD'S no mercado dos PI'S, não incêntivando o desenvolvimento sectorial, tal como é o objectivo do sistema.

A não reciprocidade pressupõe que os países industrializados (PI'S) não exijam dos PVD'S um tratamento similar aos seus produtos quando exportados com destino a um território de um

PVD. Isto significa que a preferência no âmbito do SPG só deve ter um sentido, isto é, concedida pelos PI'S às importações provenientes dos PVD'S.

O princípio da não discriminação é fortemente desvirtuado pelo regime de preferências autónomas que consiste basicamente em cada país concesso fixar o âmbito e a modalidade de gestão das preferências, nomeadamente no que diz respeito:

- aos países que podem beneficiar;
- aos produtos abrangidos;
- aos níveis de concessão;
- aos contingentes aplicados;
- às cláusulas de salvaguarda em casos de ameaça de desestabilização do mercado do país ou zona concessora.

No que respeita a CEE, esta concede preferências dentro do SPG para quatro tipos de produtos:

- SPG industrial;
- SPG têxtil, em consonância com o acordo multifibras (AMF);
- SPG agrícola;
- SPG para produtos abrangidos pela CECA.

Para efeitos de benefícios de um tratamento preferencial, a CEE tem publicado no jornal oficial das comunidades, diversos contingentes de que podem beneficiar certos PVD'S e as modalidades de gestão desses contingentes.

Os PVD'S que normalmente beneficiam dos contingentes abertos constam de anexos ao presente trabalho.

De um modo geral, na CEE, aplica-se no direito nulo aos produtos beneficiários do SPG.

Para que um PVD possa beneficiar do SPG é necessário que faça prova da origem do produto em causa, com base na apresentação de um documento de origem: "APR" para encomendas e remessas postais não superiores a 2590 ECU's, e o "FORM A", para as restantes importações comunitárias.

A CEE, no caso de produtos têxteis e agrícolas, opta pela aplicação de regimes autónomos, fixando de listas de países beneficiários, níveis de concessão, contingentes bem como o prazo de validade da concessão.

9 - OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO CEE/ACP

9.1 - DE YAOUNDÉ À LOMÉ

A constituição da CEE e a independência de muitos Estados Africanos sobretudo as ex-colónias francesas e belgas, fez emergir a necessidade de se reequacionar o relacionamento entre este novo bloco económico e os novos Estados Africanos.

A cooperação entre a CEE e os países do ACP, na actual versão, tem como antecedentes os acordos de associação entre a CEE e os Países e Territórios Ultramarinos, prevista na parte IV do Tratado de Roma, em que os Estados-membros acordavam em associar à Comunidade, os países não europeus que mantêm relações especiais com a Bélgica, França, Itália, Países Baixos e o Reino Unido, com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e social dos países e territórios ultramarinos e estabelecer relações económicas estreitas entre eles e a Comunidade no seu conjunto. Está claramente demonstrado o reconhecimento da imperiosidade de um relacionamento preferencial entre as duas partes.

Em 1963, na cidade de Yaoundé (Camarões), é assinado um "Acordo de Associação" entre a CEE dos seis, por um lado e, por outro, a EAMA - Estados Africanos e Malgaches Associados, constituída por ex-colónias francesas e belgas.

Surge desse modo a 1ª Convenção de Yaoundé, que vigorou entre 1964 e 1969.

A 1ª CONVENÇÃO DE YAOUNDÉ, previa a cooperação na área comercial com o objectivo de se criarem condições para um acesso privilegiado na CEE, das produções oriundas dos EAMA, com maior incidência para os produtos de base e principais fontes de receitas de exportação dos países africanos. As concessões eram unilaterais e constituíam derrogação do princípio da reciprocidade no relacionamento comercial.

Para além do aspecto comercial, a Convenção de Yaoundé contemplava uma ajuda financeira aos Estados com fortes debilidades infra-estruturais. Importa realçar que esta ajuda já havia sido iniciada em 1958, com a entrada em vigor do Tratado de

Roma e prolongou-se até 1963, tendo constituído o primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED I).

O FED II, afecto à 1ª Convenção de Yaoundé já demonstrava fortes indícios do que se pretendia com o acordo, na medida em que cerca de 40% do montante (aproximadamente 292 milhões de ECU's) foi destinado a projectos que visavam a diversificação económica dos EAMA e a ajuda ao desenvolvimento do sector produtivo (agricultura e indústria).

Paralelamente à actuação do FED II, é pela primeira vez disponibilizada uma verba pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), com o objectivo de reforçar os financiamentos à assistência técnica, à formação e ao desenvolvimento de actividades produtivas.

Passados cinco anos, expirou o tempo de validade de Yaoundé I, tendo sido prorrogada por mais cinco anos e designada por 2ª CONVENÇÃO DE YAOUNDÉ (1970/75), que manteve o espírito da primeira convenção, muito embora o FED III tenha sido objecto de um substancial aumento (passou de 1530 para 1900 milhões de ECU's).

No período da vigência da CONVENÇÃO DE YAOUNDÉ II, dá-se o primeiro alargamento das Comunidades Europeias.

A adesão do Reino Unido à CEE em 1972 induz a um novo repensar no quadro de cooperação que até então era estabelecido entre a CEE e as ex-colónias dos países membros da Comunidade. Assim, em 1973, através de um protocolo anexo ao acto de adesão do Reino Unido, oferece-se a 20 países independentes da Commonwealth a possibilidade de negociar a organização de futuras relações com a CEE.

Estas foram as premissas para o surgimento do Grupo ACP.

Entre a primeira Convenção de Yaoundé e o acordo com os ACP verificaram-se algumas tentativas de aproximar os países África Anglófona à CEE, através de acordos de associação e cooperação.

Em 1966 é assinado com a Nigéria, um acordo de associação (Acordo de Lagos) que não entrou em vigor por falta de ratificação por parte da Nigéria. O mesmo acontece com o primeiro acordo de associação com a União da África Oriental (Quénia, Tanzânia e Uganda) e em 1969 é rubricado um novo acordo com este grupo de três Estados anglófonos que entra em vigor em 1971 tendo natureza meramente comercial (concessão de um tratamento preferencial pela CEE aos produtos originários do grupo dos três).

9.2 - AS CONVENÇÕES DE LOMÉ I, II E III

Antes de abordarmos a Convenção de Lomé IV, faremos uma breve referências às três convenções que a antecederam.

Depois de longas conversações levadas a cabo pela CEE dos nove e um grupo de países da África, das Caraíbas e do Pacífico, iniciadas em Julho de 1973, assina-se em Fevereiro de 1975, em Lomé, capital do Togo, um acordo de cooperação que pelas suas características, dimensão e número de países envolvidos (nove europeus e quarenta e seis estados do ACP), tornou-se o maior acto de cooperação entre o Norte e o Sul, tendo entrado em vigor no dia 01 de Abril de 1976, por um período de cinco anos (1976/80).

Embora a data em que a Convenção entrou em vigor faça-nos recordar o dia da mentira, ela introduziu mudanças profundas na abordagem da problemática da cooperação e de ajuda ao desenvolvimento.

A Comissão das Comunidades Europeias, numa das suas publicações - "Diálogo Europa-Sul" - faz referência ao "Espírito de Lomé" que se define por quatro características fundamentais, nomeadamente:

- representa uma cooperação duradoura baseada num regime de direito resultante de um acordo livremente negociado entre parceiros;

- é um acordo colectivo entre dois grupos regionais, fundado no respeito das opções políticas e sociais de cada país terceiro;

- baseia-se numa abordagem global que define e combina todos os instrumentos da cooperação, conjugando "trade and aid", rejeitando do mesmo modo, doutrinas resumidas no chavão, "trade not aid";

- pretende-se uma cooperação fundada num diálogo permanente, embora difícil de levar a prática e, por vezes, frustrante, entre dois grupos de Estados cujo grau de organização colectiva é simultaneamente insuficiente e desigual.

Estes são os princípios que regem a Convenção de Lomé I e que nortearam as Convenções subsequentes.

Em termos de meios financeiros, a Convenção de Lomé I, mobilizou cerca de 3.457,8 milhões de ecus, sendo

aproximadamente 87% suportados pelo FED IV e o remanescente pelo BEI a título de empréstimos bonificados (com taxas de juro reduzidas).

Ao contrário do que se passava com o FED e o BEI adstritos às Convenções de Yaoundé I e II em que o primeiro (FED) comportava donativos e empréstimos especiais e o segundo (BEI) destinava-se a concessão de empréstimos normais, nas Convenções de Lomé, estes dois instrumentos financeiros aparecem mais desenvolvidos, abarcando novas áreas de actuação.

Assim, o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) é constituído por verbas destinadas à Subvenções que incluem ajudas de emergência e aos refugiados; Empréstimos Especiais; Capitais de Risco; Stabex e o Sysmin, enquanto que o Banco Europeu de Investimento (BEI), financia Empréstimos Bonificados, tendo durante a vigência de Lomé II, financiado empréstimos fora da Convenção e destinados a execução de projectos mineiros e energéticos de interesse mútuo.

A Convenção de Lomé II teve um aumento substancial nos meios financeiros disponibilizados: aproximadamente 5.512 milhões de ecus, sendo 83,9% oriundos do FED e o remanescente (16,1%) do BEI. A este facto não é alheio o número de países signatários, pois enquanto que em Lomé I tomaram parte 46 Estados do ACP, em Lomé II este número viu-se aumentado para 57 países, tendo sido assinada em 31 de Outubro de 1979 e entrado em vigor em 1980. por um período de cinco anos (1980/85).

A Convenção de Lomé III foi assinada em 08 de dezembro de 1984 pela CEE dos Dez (com a adesão da Grécia) e 65 países do grupo ACP, tendo vigorado por um período de cinco anos, compreendido entre 1986 e 1990.

À esta Convenção, a CEE disponibilizou cerca de 8.500 milhões de ecus, sendo 87% do FED e 13% do BEI.

9.3 - A QUARTA CONVENÇÃO DE LOMÉ

A CONVENÇÃO DE LOMÉ IV foi assinada em 15 de Dezembro de 1989 por doze Estados da CEE e 69 Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), tendo entrado em vigor em 01 de Setembro de 1991 depois de terem sido depositados até 31/07/91 os instrumentos de ratificação pelos parlamentos dos Estados-membros da CEE e de dois terços dos Estados da ACP.

O período de vigência da Convenção é de 10 anos (1990/2000).

Abstraindo-se do período de vigência de Lomé IV, ela mantém os traços e princípios das Convenções que a antecederam:

- Acordo de associação em que diferentes opções políticas sociais, culturais e económicas de cada parceiro são respeitadas;
- Pretende-se uma cooperação segura e duradoura baseada num acordo livremente negociado e juridicamente vinculativo;
- Criação de mecanismos para um diálogo permanente, mediante três instituições comuns:
 - Conselho de Ministros ACP/CEE;
 - Comité de Embaixadores ACP/CEE;
 - Assembleia Paritária ACP/CEE.
- Estabelecimento de uma cooperação global e flexível que recorre a uma vasta gama de instrumentos de ajuda e de desenvolvimento comercial.

A dimensão do presente acordo pode ser facilmente notada pela variedade de domínios que abarca: comércio, agricultura e pesca, indústrias extrativas e transformadoras, desenvolvimento empresarial, ambiente, serviços, desenvolvimento regional, social e cultural.

Tal como nas convenções anteriores, a CEE disponibiliza meios financeiros na tentativa de viabilizar o "Espírito de Lomé", através do FED e do BEI.

À Convenção de Lomé IV foi anexo um protocolo Financeiro para o quinquénio 1990/95, avaliado em 12 milhões de ecus, assim distribuídos:

I - FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO (FED)

Subvenções para programas regionais e nacionais	(em milhões de Ecu's) 6.215
Ajustamento Estrutural	1.150
Stabex	1.500
Sysmin	480
Ajuda de Urgência	250
Ajuda aos Refugiados	100
Bonificação de taxas de juro	280
Capital de Risco	825

II - BANCO EUROPEU DO INVESTIMENTO (BEI)

Empréstimos para projectos regionais e nacionais	1.200
---	-------

TOTAL ----- 12.000

Esta ajuda financeira é não-reembolsável, com excepção dos capitais de risco (reembolsáveis com uma taxa de juro máxima de 3%) e dos empréstimos bonificados (com taxas de juro a variarem entre os 3% e 6%).

9.3.1 - OBJECTIVOS DA COOPERAÇÃO MULTI-SECTORIAL

Como referimos atrás, Lomé IV, abarca os mais variados domínios de cooperação, desde a agricultura, segurança alimentar, desenvolvimento rural, desenvolvimento da indústria de extracção, fabrico e transformação com a finalidade, e citando o art.135º da Convenção, de "os Estados do ACP retirarem o máximo de benefícios das disposições da presente Convenção em matéria de cooperação comercial, agrícola e industrial e possam participar nas melhores condições nos mercados da Comunidade e nos mercados internos, sub-regionais, regionais e internacionais, através da diversificação da gama e do aumento do valor e do volume do comércio dos Estados ACP e de bens e de serviços".

Reconhece-se, portanto, a interdependência dos diversos sectores de actividade e a necessidade de desenvolvê-los em

simultâneo, como forma única de aumentar a competitividade das produções dos ACP.

Com o acordo de Lomé IV, mas do que o incentivar das trocas comerciais, pretende-se um desenvolvimento sustentado dos PVD'S, a partir do desenvolvimento rural e da agricultura, passando pelo sector de transformação até ao comercio, claro está, sem menosprezar o sector dos serviços.

A obtenção de resultados positivos nesta cooperação multi-sectorial, passa pela realização de acções concretas bem enquadradas à complexa realidade dos PVD'S.

A Comunidade, com base na Convenção, propõe-se a apoiar os ACP na melhoria da qualidade dos seus produtos e sua adaptação às necessidades do mercado e a diversificar as suas possibilidades de escoamento.

A diversificação das possibilidades de escoamento implica o aperfeiçoamento das redes de transporte.

A Comunidade, ciente desse facto, previu no FED VII, verbas para o financiamento de projectos de desenvolvimento da área de transportes no âmbito dos programas indicativos nacionais dos países ACP, privilegiando àqueles que prevêem a criação de redes necessárias entre países e dentro dos mesmos para ligar as zonas de produção às de consumo e para facilitar a circulação de pessoas e bens à escala nacional, sub-regional, regional e internacional.

O apoio aos ACP na aplicação de técnicas modernas de marketing em sectores e programas centrados na produção, em domínios como o desenvolvimento rural e agricultura e ainda às pequenas e médias empresas (PME) na identificação e desenvolvimento de produtos, mercados e empresas comerciais comuns, representam outros objectivos prosseguidos pela Convenção.

No âmbito das acções programadas para Lomé IV, afigura-se relevante a valorização dos recursos humanos e desenvolvimento das competências profissionais no domínio do comércio e de serviços, bem como o estabelecimento de estratégias comerciais coerentes (arrazos com base nas acções e objectivos previstos na Convenção de Lomé IV).

O desenvolvimento das trocas comerciais entre a CEE e os ACP está intrinsicamente ligado, e até condicionado ao sucesso "a priori" dos programas de ajustamento estrutural.

Entre as diversas componentes da Convenção, analisaremos a cooperação comercial e ajuda financeira, sem com isso pretendemos julgar pouco relevante os restantes aspectos consagrados em Lomé IV.

9.3.2 - A COOPERAÇÃO COMERCIAL E A AJUDA FINANCEIRA AO AO COMÉRCIO

Visando o incremento das trocas comerciais entre a CEE e o grupo ACP, na Convenção de Lomé IV foram incluídas cláusulas cuja essência consiste na garantia da observância dos compromissos assumidos na Declaração Ministerial de Punta Del Este (início do Uruguay Round) em relação ao tratamento diferenciado e mais favorável aos países em via de desenvolvimento, bem como a especial atenção que deve ser dada a situação e aos problemas específicos dos países menos avançados.

Em relação ao Regime Geral de Trocas Comerciais, os signatários comprometem-se a promover o comércio entre os Estados ACP e a CEE, por um lado, tendo em conta os seus respectivos níveis de desenvolvimento, e entre os Estados ACP, por outro lado, com base na concessão de vantagens efectivas suplementares ao comércio dos ACP com a CEE e na melhoria de condições de acesso dos produtos ACP ao mercado comunitário, tendo em vista acelerar o ritmo de crescimento do seu comércio e em particular o fluxo das suas exportações para a CEE e assegurar um maior equilíbrio das trocas comerciais entre as partes contratantes.

Para o alcance destes objectivos, a Convenção prevê o livre acesso, sem direitos nem contingentes, ao mercado comunitário para quase todas as exportações dos países ACP.

As preferências são escalonadas consoante o tipo de produtos.

i - PRODUTOS INDUSTRIAIS

Os produtos industriais originários dos países ACP são introduzidos em livre-prática no território comunitário com isenção de direitos e de taxas de efeito equivalente. A CEE suprime todas medidas que visam a restrição quantitativa à importação desses produtos e, por sua vez, os ACP não podem exercer políticas de discriminação entre os Estados-membros da CEE.

ii - PRODUTOS AGRÍCOLAS

A CEE estabelece uma lista de produtos agrícolas e vai aplicando tratamento preferencial tendo em conta a sensibilidade do mercado comunitário desses produtos.

Em certos casos é derogado o regime constante da Política Agrícola Comum e em vigor em relação à terceiros países, sendo admitidos com isenção de direitos os produtos para os quais as disposições comunitárias não prevêm para além de direitos aduaneiros, a aplicação de quaisquer outras medidas. Para os outros produtos - os que além de direitos aduaneiros estão sujeitos aos direitos niveladores agrícolas e outras medidas proteccionistas - a CEE compromete-se a tomar medidas necessárias para assegurar um tratamento mais favorável que o concedido para os mesmos produtos, aos países terceiros beneficiários da cláusula da nação mais favorecida.

Os produtos agrícolas beneficiam ainda do MECANISMO STABEX que tem por objectivo garantir a estabilização das receitas de exportação dos ACP, de produtos agrícolas dos quais dependem as suas economias e que sejam afectados por flutuações de preços, de quantidades ou dos dois factores.

O MECANISMO STABEX, instituído no âmbito do FED afecto a Lomé I, em 1975, constituiu a principal inovação de Lomé face aos Acordos de Yaoundé e representa "o primeiro sistema a garantir contratualmente a um grupo de PVD uma "indemnização" pelas suas perdas de receitas de exportação" (15).

Inicialmente beneficiava 29 produtos de base agrícola, incluindo certos produtos transformados. Em Lomé IV, o nº de produtos subiu para 49.

Para que este mecanismo seja accionado, verifica-se se para o produto em causa, o país solicitante sofreu quebras nas receitas de exportação para a Comunidade:

- No Acordo é fixado um "Limiar de Dependência" do país face as receitas de exportação do produto em análise. Assim, o STABEX só é aplicado aos produtos abrangidos (49) no caso de individualmente, representarem 5% do total das receitas de exportação de um país ACP, ou apenas 1% se se tratar de um ACP menos desenvolvido, encravado ou insular;

- Procede-se ao estudo do comportamento das receitas de exportação do produto em causa, num período de 6 anos,

eliminando-se os dois anos em que verificaram-se maiores receitas e os dois piores anos, efectuando-se a média dos restantes dois anos. se a média for superior as receitas de exportação do ano de aplicação corrigidas dos índices de inflação, então procede-se à compensação, sendo contudo, o país beneficiário, obrigado a aplicar o montante obtido a título de "indemnização", no sector em causa ou em outros sectores agrícolas.

O STABEX é calculado tendo como base o valor CIF, pois facilita a sua administração pela Comissão das Comunidades na medida em que possibilita que sejam utilizadas as estatísticas de importação da CEE, fonte de informação muito mais acessível.

Como forma de tornar mais permissível o acesso aos fundos do STABEX, a CEE, desde a sua adopção tem vindo a reduzir os índices representativos do "Limiar de Dependência". Enquanto que em Lomé I estavam fixados em 7% e 2,5% para os ACP menos desenvolvidos, em Lomé III esses valores baixaram respectivamente para 6% e 1,5%, e em simultâneo, tem-se assistido a um aumento dos meios financeiros disponibilizados, como se pode notar no anexo 11.

Dentre os 49 produtos que podem beneficiar do MECANISMO STABEX, destacam-se o amendoim, café, cacau, algodão, madeira, copra, sisal, bagaços de oleaginosos, bananas, produtos de palmeira, chá, couros e pele.

O STABEX é frequentemente criticado por ser considerado um instrumento que beneficia as culturas de rendimento em detrimento das culturas de subsistência, o que aumenta a dependência da economias dos ACP.

iii - PRODUTOS MINERAIS

No âmbito da produção e exportação de produtos minerais dos ACP, estabeleceu-se em Lomé II, o MECANISMO SYSMIN.

O MECANISMO SYSMIN foi adoptado com o "objectivo de ajudar os Estados ACP fortemente dependentes das suas exportações de minérios para a comunidade a minorar os efeitos prejudiciais para os seus rendimentos decorrentes das graves perturbações temporárias que atingem este sector " (16).

O mecanismo funciona com base em empréstimos especiais, com a duração de 40 anos, protelamento de dez anos e taxas de juro de 1% ou 0,75% para os ACP menos desenvolvidos.

"Os empréstimos concedidos a título de SYSMIN destinam-se a restaurar a "viabilidade económica" de empresas minerais em dificuldades, nos países ACP, que:

- obtivessem no mínimo 15% das suas receitas de exportação a partir de um dos seguintes produtos: cobre e cobalto, fosfatos, manganês, bauxite, alumínio e urânio, ou;

- retirassem pelo menos 20% das suas receitas de exportações de todos produtos minerais com excepção dos metais preciosos, do petróleo e do gás" (17).

No que respeita aos ACP menos desenvolvidos, encravados ou insulares, as percentagens são reduzidas, no primeiro caso para 10% e no segundo para 12%.

É de salientar que em Lomé IV, o ouro é considerado, para efeitos de recurso ao SYSMIN, como fazendo parte de "todos os produtos minerais", não sendo por isso atingido pela excepção que abarca os metais preciosos. É ainda possível utilizar os fundos do SYSMIN com o objectivo de diversificar a produção, mesmo no caso de a rentabilidade poder ser restaurada após uma quebra e admissíveis operações preventivas, tal como a modernização do equipamento.

iv - TROCAS DE SERVIÇOS

Na Convenção de Lomé IV é reconhecida a importância das trocas comerciais de serviços no desenvolvimento das economias dos Estados ACP, devido ao papel cada vez mais importante que este sector desempenha no comércio internacional e o seu considerável potencial de crescimento.

Nesse sentido, recomenda-se a adopção de uma estratégia comercial global que abarque estudos de mercado, a identificação de produtos, a formação de pessoal e as técnicas de comercialização, e ainda ao incremento do comércio intra-ACP e "Sul-Sul", bem como o desenvolvimento do turismo e dos serviços de apoio, tais como os seguros e as instituições de crédito.

Quanto ao comércio internacional no sector de serviços, que abarca áreas como a banca, publicidade, informática, turismo, transportes e telecomunicações, as partes concordaram que o desenvolvimento acentuado neste sector está condicionado à conclusão das negociações multilaterais do Uruguay Round (ver ponto 1.1 - 3ª parte).

9.3.3 - ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO CEE/ACP

Como forma de melhor explicar a evolução do comércio CEE/PVD'S que agora integram o grupo ACP, recorremos as estatísticas de comércio externo da EUROSTAT/1992 (anexo 1), que demonstram os diversos contornos que as importações/exportações da CEE foram assumindo desde 1958, passando por 1976, ano de entrada em vigor da Convenção de Lomé I, até 1991, altura em que entrou em vigor a 4ª Convenção de Lomé.

A análise dos números envolvidos (em termos de variações percentuais anuais) será efectuada tendo como base três períodos distintos:

- 1958/1976, altura em que a CEE encontrava-se associada a diversos territórios ultramarinos da África, Caraíbas e Pacífico e; posteriormente, no que diz respeito aos países africanos, pelas Convenções de Yaoundé I (1964/69) e Yaoundé II(1970/75);

- 1975/1985, período em que vigoraram as duas primeiras Convenções de Lomé;

- 1985/91, espaço de tempo em que as relações de cooperação técnica, financeira e comercial CEE/ACP eram regidas pela Convenção de Lomé III e, em simultâneo decorriam negociações para o estabelecimento de um quadro de cooperação mais abrangente e ambicioso que os anteriores, não só nos objectivos preconizados, como nos montantes financeiros envolvidos.; referímo-nos às negociações para a assinatura de Lomé IV.

No primeiro período em análise assse-se a um crescimento médio anual das importações na CEE, originárias dos ACP na ordem de 9,6%, contra 8,9% das exportações comunitárias com o mesmo destino.

Os países ACP forneciam basicamente matérias-primas (ferro, alumínio, manganês, zinco, chumbo, borracha natural, cobre, fosfatos naturais, tungstênio, estanho, urânio, petróleo e diversos produtos agrícolas em que a comunidade é fortemente dependente - café, cacau, mandioca, bananas, óleo de palma, óleo de coco, sisal, algodão, bagaços; entre outros). Por seu turno, a CEE exportava maioritariamente, produtos industriais.

Muito embora os valores (em milhões de ecu's) utilizados no estudo não se encontrem corrigidos à medida das taxas de inflação

que anualmente se verificaram, permitem-nos tirar algumas ilações sobre o comportamento do comércio CEE/ACP.

No primeiro período, se tivermos como base os anos 1960 e 1970, verificamos que o comércio CEE/ACP representava aproximadamente 10% do volume total das transações comunitárias com países terceiros, embora com tendência regressiva, dado que em 1960 as importações comunitárias provenientes dos ACP representavam 10% das importações globais da CEE, contra 8,9% em 1970. A mesma tendência verifica-se nas exportações comunitárias: em 1960 representavam 9,5%, contra 7,6% em 1970.

No segundo período (1975/85) já haviam sido accionados mecanismos de ajuda ao desenvolvimento das exportações dos ACP, através dos mecanismos STABEX e SYSMIN.

Nele verificam-se valores recordes nas importações comunitárias (exportações dos ACP) : 27931 e 30509 milhões de ecu's, respectivamente em 1984 e 1985 (ver anexo 4) com um crescimento médio anual na ordem de 12,7%. O mesmo pode-se dizer das exportações comunitárias para os ACP, que atingiram valores mais elevados nos anos 1981 e 1982, respectivamente com 20670 e 20434 milhões de ecu's e a média de crescimento anual a cifrar-se em 9,2%.

Não obstante o crescimento no volume de negócios entre os dois blocos, a tendência regressiva no que respeita a parcela ocupada pelos ACP nas relações externas da CEE, viu-se diminuída em cerca de 2 pontos percentuais quando comparada com a década de 70. Assim, os ACP em 1980 só representavam cerca de 7,5% do mercado externo comunitário.

Nos meados da década de 80, precisamente em 1986, as importações comunitárias oriundas dos ACP sofreram uma quebra na ordem de 35,2% (a maior de sempre), passando de 30509 milhões de ecu's em 1985 (valor máximo até agora atingido) para 19762 milhões em 1986. Idêntica tendência tiveram as exportações comunitárias que alcançaram a queda mais significativa: de 19637 milhões em 1985, caíram para 16320 milhões de ecu's em 1986 (-16,9%). Neste quinquénio, em que vigorou Lomé II, as importações comunitárias baixaram em média 6% ao ano, contra uma descida anual de 2,9% no volume das exportações comunitárias com destino aos ACP.

Em 1991, os ACP representavam somente 3,9% do comércio da comunidade com terceiros países, o que significou uma diminuição

no volume de negócios na ordem de 52%, relativamente ao início da década anterior.

Mais do que citar os números e as variações verificadas ao longo do tempo, o relevante é conseguir explicar o porquê dessas variações, embora tal desejo não se afigure fácil de concretizar pois teríamos necessariamente que nos socorrer de um estudo muito mais profundo do desenvolvimento das economias (análise do comportamento dos principais agregados macroeconómicos e das possíveis causas das variações verificadas) dos dois parceiros.

Um olhar aos sucessivos montantes financeiros que a CEE tem disponibilizado aos ACP à título de ajuda ao desenvolvimento e promoção do intercâmbio comercial, permite-nos verificar que esses valores são, de Convenção para Convenção, substancialmente aumentados (ver anexo 11):

- de Yaoundé I para Yaoundé II, o aumento foi de 25%;
- de Yaoundé II para Lomé I, o aumento foi de 237%;
- de Lomé I para Lomé II, verificou-se um aumento de 64%;
- de Lomé II para Lomé III, o aumento foi de 54%;
- de Lomé III para Lomé IV (1º quinquénio), o aumento foi de 41%.

Não obstante estes significativos aumentos nas verbas disponibilizadas nos últimos anos para dinamizar o comércio entre os dois parceiros, a tendência, e como já referimos atrás, é de uma grande diminuição e contracção tanto nos níveis das importações comunitárias de bens dos ACP, assim como nas exportações comunitárias de bens com destino aos ACP.

Embora o desenvolvimento das exportações comunitárias para os ACP tenha sido regular, a partir de 1982 verifica-se uma inversão na tendência, com os ACP a perderem anualmente a capacidade de importação ou aquisição de bens comunitários que a partida se afiguram de capital importância para a reanimação do sector produtivo.

Embora pareça ironia, mas bem sustentada pelos dados ora lançados, podemos afirmar sem receio que "à mais ajuda financeira correspondeu uma diminuição no volume de trocas", claro está, sem queremos de modo algum concluir que a recessão que se tem verificado tem como exclusiva ou principal causa o aumento do apoio financeiro do Norte ao Sul.

10 - CONCLUSÕES

Depois de na I parte do trabalho termos feito referência¹ aos fundamentos de ordem jurídica, aos objectivos e elementos da Política Comercial Comum, na II parte dedicamo-nos exclusivamente ao estudo dos procedimentos relativos à institucionalização da livre circulação de mercadorias no território comunitário.

É agora chegado o momento de tecermos algumas considerações relativas à terceira parte do trabalho.

Muitos dos aspectos que poderiam ser focados à título de conclusões foram inseridos nos diversos números que compõem o estudo da vertente externa da Política Comercial Comum das Comunidades Europeias. Contudo, em virtude do destaque dado aos acordos de cooperação CEE/ACP, revela-se oportuno, rubricar algumas notas finais sobre os resultados desta cooperação.

A Convenção de Lomé IV foi assinada por 46 Estados Africanos, 15 das Caraíbas e 8 do Pacífico. O subdesenvolvimento, défices constantes nas balanças comerciais e de pagamentos, o excessivo endividamento, são algumas das características comuns a este grupo de países. Uma referência aos países africanos (representam aproximadamente 67% do grupo ACP) é suficientemente elucidativa dos problemas com que este grupo de países se debate, e conseqüentemente das dificuldades encontradas por um processo de cooperação e ajuda que o norte, neste caso a CEE, tenta levar adiante.

O que estará por detrás desta constante crise?

- Fraco nível de injeção de investimentos estrangeiros?
- Incompetência laboral?
- Negligência governamental?
- Fraco ou ausência de sentido de responsabilidade?
- A queda dos preços das matérias-primas?
- Baixo nível de escolaridade da população?
- Ou todos estes factores em conjunto?

Para questões tão complexas como o tecido político, social e económico da maior parte dos ACP, não se afigura fácil, provavelmente nem seria conveniente, porque falsa, a elaboração de uma receita global que sirva de terapêutica aos grandes males e sanei o comprovado e assumido " mau estado" dos ACP.

Tal facto não nos impede de algo escrever sobre a questão.

É sobejamente sabido que a instabilidade política é inimiga do progresso económico. Ora bem, os sistemas políticos vigentes (monopartidarismo ou multipartidarismo formal e não de facto), são inibidores de uma maior participação da sociedade civil na dinâmica da vida grupal.

As instituições, porque de fraca cultura democrática, na tomada de decisões, quer económicas, quer políticas e sociais, não têm levado em conta as legítimas expectativas e necessidades dos agentes da sociedade.

O descontentamento gerado pelos métodos de direcção (leia-se "des"governação) política dos países, aliado a ingerência não regrada do exterior nos assuntos internos desses Estados; a tentativa ou até a institucionalização de práticas neo-coloniais impedem que os novos e entusiastas "des"governantes, se concentrem nas suas acitidades, visando vincar os seus pontos de vista económico e estratégias de administração.

A ausência de nações ou Estado-Nação concessuais, induziu a graves clivagens étnicas e a uma completa alienação no que respeita à noção de pertença e de cidadania.

Estes factores, claro está entre outros (ambição política desmedida, corrupção, complexos de inferioridade étnica ou cultural, etc), serviram como fortes motivadores para o desenvolvimento de diversas guerras civis que arrasaram com as já débeis infra-estruturas de grande parte dos PVD'S.

Referindo-se aos países africanos que constituem "modelo ideal para o estudo deste fenómeno", as suas economias, completamente desgastadas pela incessante instabilidade desde os anos 60, nos anos 70/80, derraparam e seguiram por vias de incontável recessão, com o consequente retrocesso no nível de vida da população e perda da já fraca competitividade internacional.

Os "milagreiros" económicos da Europa e da América do Norte, têm frequentemente referido os "ciclos viciosos da pobreza" como os principais constrangedores do arranque das economias dos PVD'S, argumentando que a insuficiência de capital gera imperfeições do mercado e induz a aplicação de recursos subdesenvolvidos na produção, o que provoca baixa produtividade; por sua vez, a baixa produtividade, provoca um baixo rendimento real que induz a uma reduzida procura de bens de consumo e serviços e ainda a uma poupança reduzida; a poupança reduzida traduz-se numa fraca

capacidade de investimento e com consequência, verifica-se insuficiência de capital para dinamizar o sector produtivo, fechando-se desse modo o ciclo vicioso da pobreza.

Furar o ciclo, parece ser a "grande" solução.

Os políticos/economistas têm advogado a necessidade de maiores investimentos estrangeiros em sectores produtivos e ainda o recurso ao crédito externo para impulsionar não só a produção, como também o comércio.

Este tipo de mecanismos têm sido usados, sem contudo surtirem o efeito desejado, e como resultado temos um crescimento descontrolado da dívida externa dos PVD'S. A este respeito, estatísticas comunitárias referem que a dívida dos países africanos do ACP, entre 1980 e 1987 passou de 56 biliões para 128 biliões de dólares, e as estatísticas analisadas demonstram que o ano de 1986 representa uma grande viragem, no sentido negativo da competitividade dos países do ACP.

Como sair da crise?

As soluções certamente variam de país para país, mas importa que nas políticas adoptadas se dê primazia àquelas que sendo políticas de desenvolvimento global, são compatíveis com a eliminação das assimetrias existentes entre as regiões de um país, resultantes, quer de diferentes dotações de recursos, quer de desajustadas políticas de investimento e direccionamento de projectos. Só assim se diminuirão as discórdias e criar-se-ão bases sólidas para uma forte identidade nacional, premissa para que as políticas de governo encontrem eco nos seus destinatários e sejam materializadas de forma ordenada.

Provada a ineficiência de políticas de simples ajuda financeira e de ajudas alimentares de emergência, que nada fazem senão criar um grave conformismo e desinteresse na procura de soluções internas, importa arcar por outras vias de cooperação que incentivem a iniciativa regional.

Será o desenvolvimento da cooperação sul-sul uma ténue luz para a solução da crise?

Serão os agrupamentos de integração económica regional uma óptima via para dar uma maior esperança de um futuro menos penoso para os PVD'S?

Bastará o cessar dos conflitos étnicos e das guerras civis para que os PVD's sigam por vias de desenvolvimento?

Parece-nos que a solução passa necessariamente pela resposta a estas três grandes questões.

É urgente o estancar dos conflitos regionais.

O apoio financeiro e técnico a projectos de integração regional bem dimensionados de diversos PVD'S, como o preconizado pelo SADC (Conferência para o Desenvolvimento da África Austral), podem constituir uma premissa para o desenvolvimento integrado de sub-regiões, com um forte incremento nos níveis das trocas regionais e diminuição da comprovada dependência de divisas para as importações dos PVD's.

O sector de transporte e comunicações reveste-se de uma importância estratégica e decisiva para o desenvolvimento dos ACP, e só programas de construção de redes que reforcem os corredores de tráfego locais e consolidem a integração regional, apoiando os países sem litoral, tendo sempre em conta o custo real de transporte, podem permitir um escoamento eficiente das produções dos ACP à custos reduzidos e consequentemente, com maior competitividade nos mercados internacionais.

É necessário que a planificação das redes de transporte seja feita não só em função das necessidades regionais, nacionais e internacionais, como também de uma eficaz complementaridade de todas as modalidades de transportes, de modo a conseguir-se colocar o produto a tempo e horas no mercado que, segundo as circunstâncias se afigura ideal.

Para que isto seja real, é crucial a eliminação da desconfiança política existente entre países vizinhos ou da zona, e que na tomada de decisões cada Estado pugne por princípios de boa-fé, coragem e vontade política, tendo sempre em consideração que a integração em curso visa a criação de um espaço económico desenvolvido e alargado.

De facto, só com um desenvolvimento acentuado das economias dos ACP é que estes países poderão melhorar os termos de troca com a CEE.

Para terminar, resta-nos afirmar que as relações comerciais CEE/ACP não podem ser analisadas fora do contexto do comércio internacional global, pois outros PI'S têm certamente uma grande responsabilidade no impulsionar do desenvolvimento das produções dos PVD'S e na diversificação dos produtos lançados nos mercados internacionais.

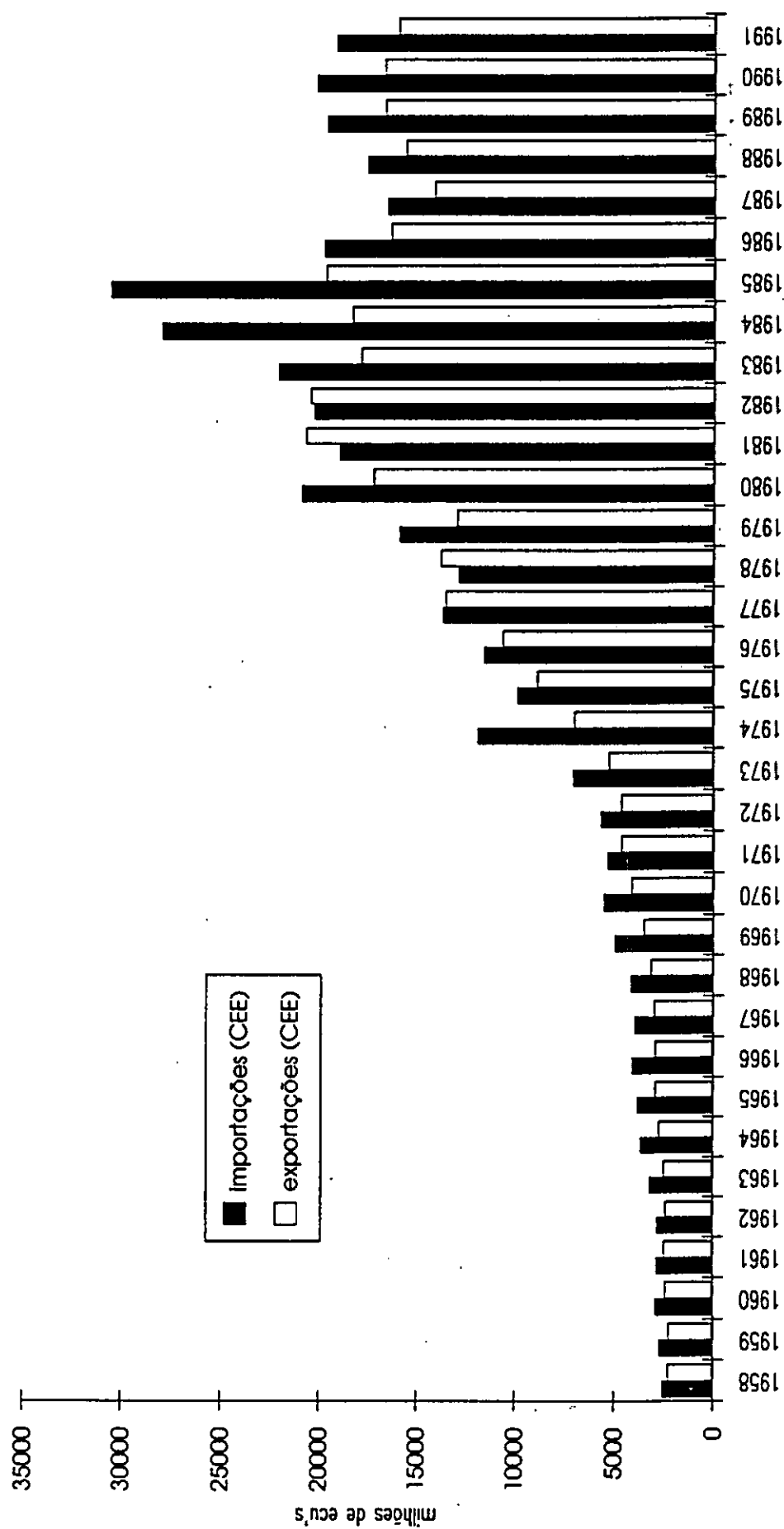
Fonte: EUROSTAT/92

CEE/AMÉRICA LATINA

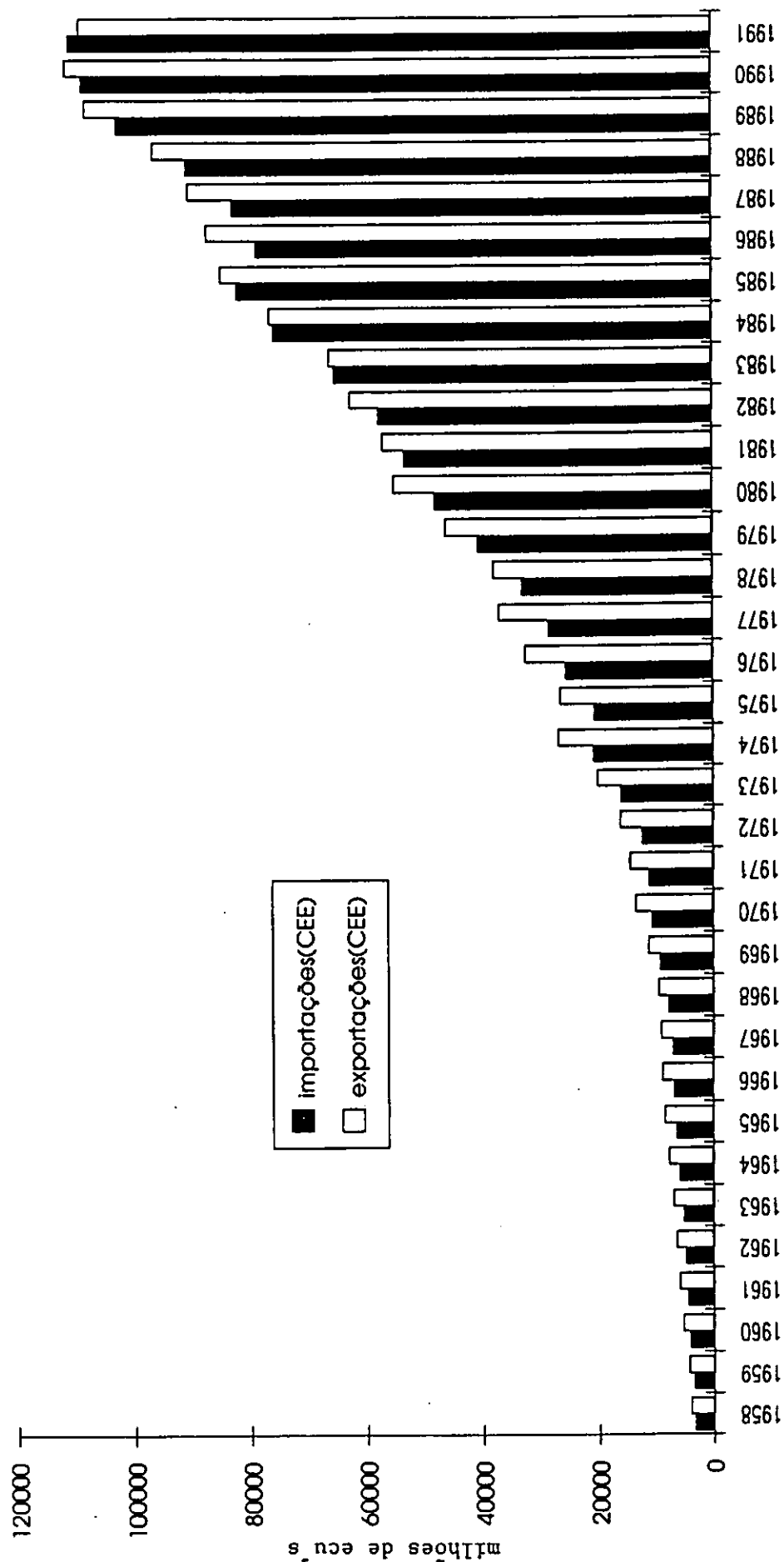
[illegible]

Fonte: EUROSTAT/92

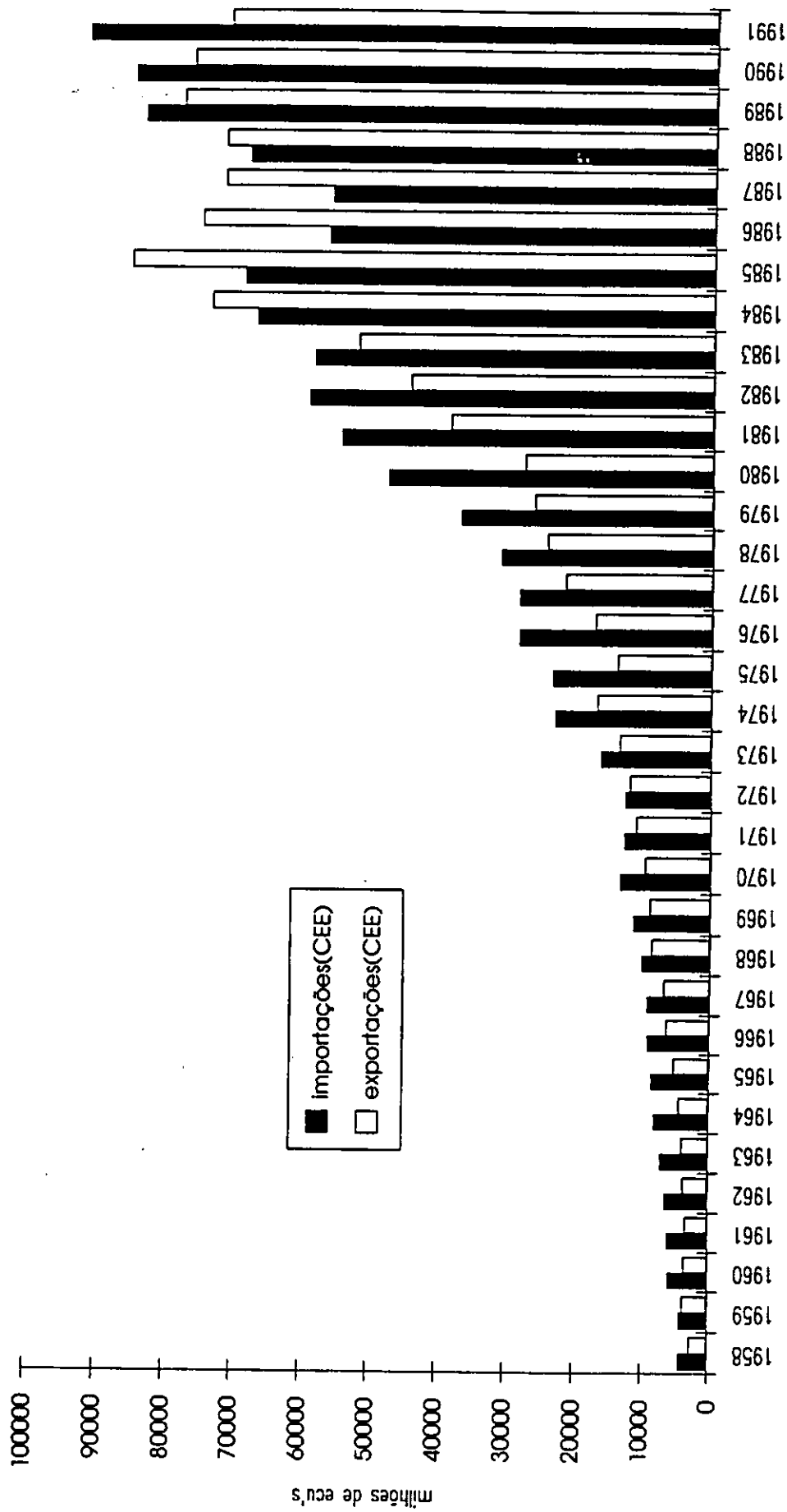
CEE/ACP - Estatísticas de comércio externo



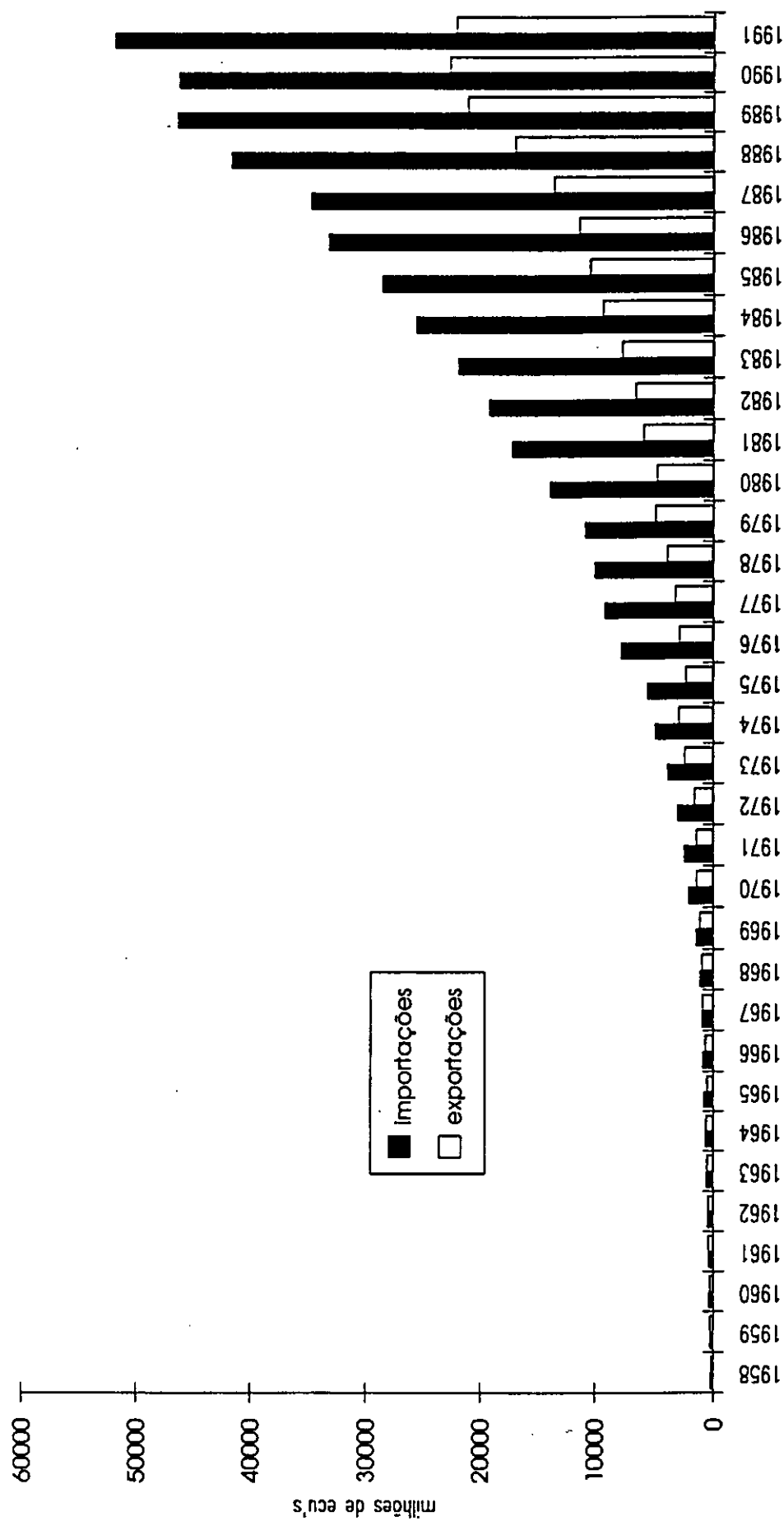
CEE/EFTA



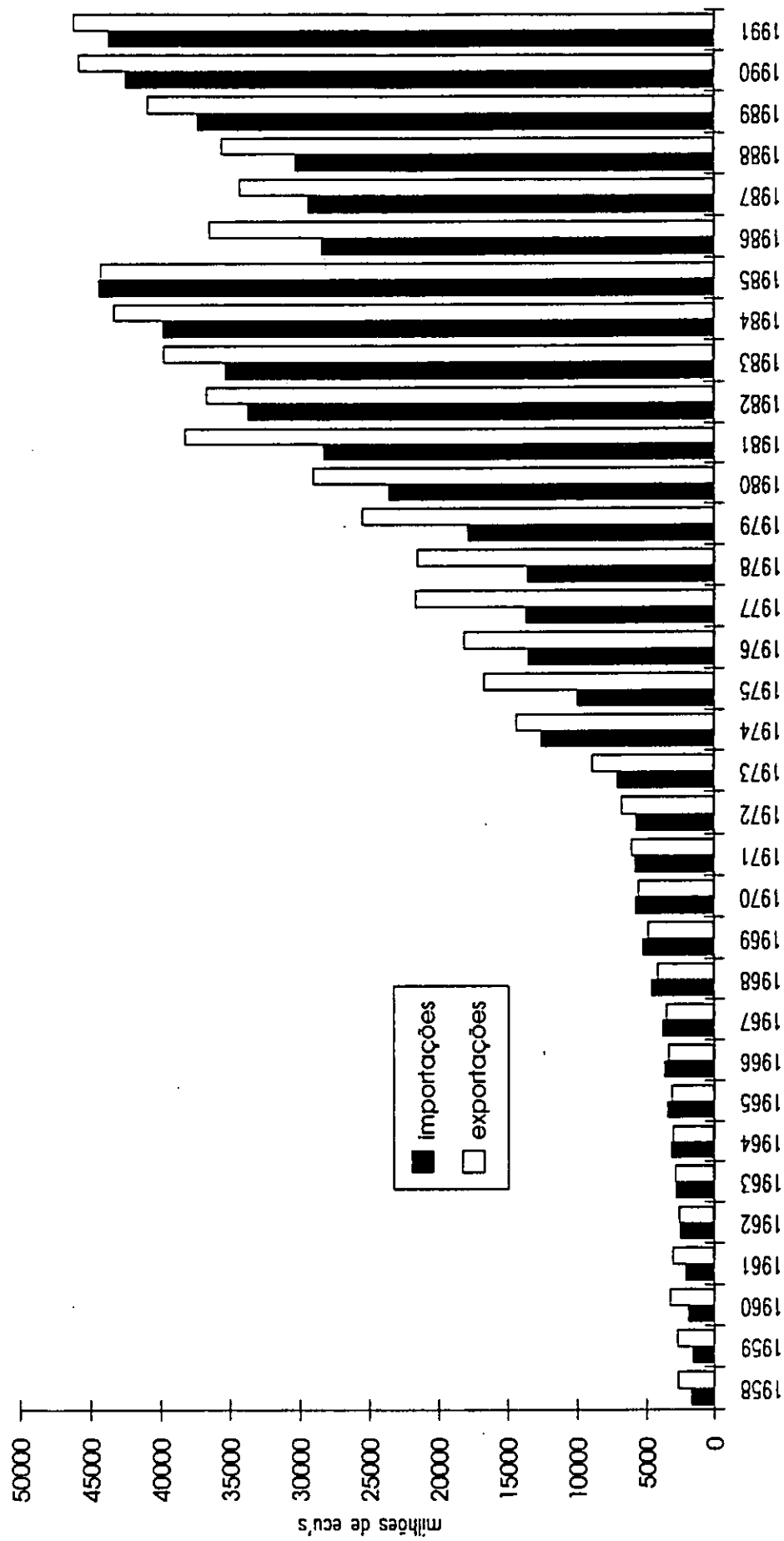
CEE/EUA



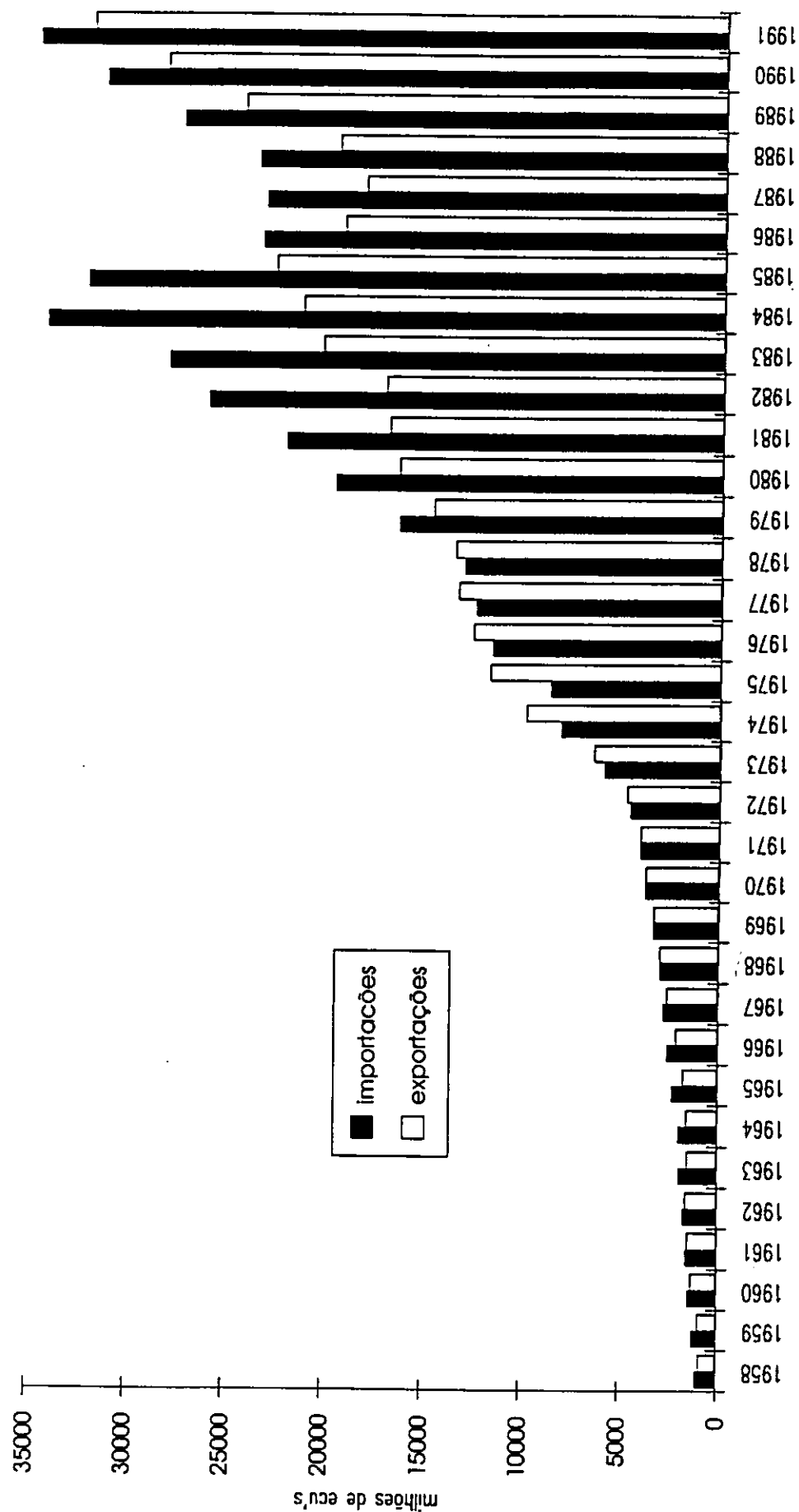
CEE/Japão



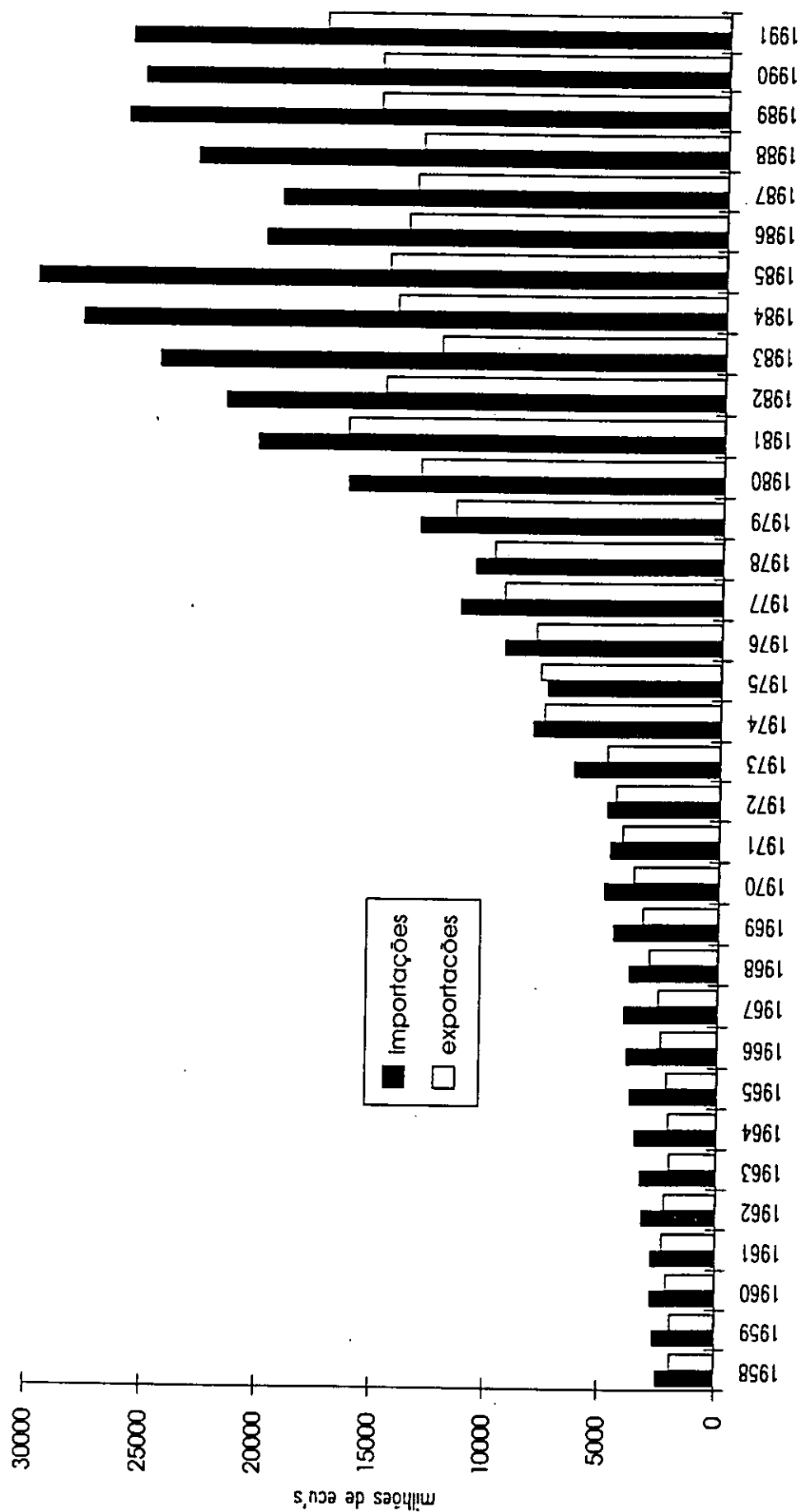
CEE/BM(Bacia do mediterrâneo)



CEE/PECO(países da Europa central e oriental)



CEE/América Latina



FUNDOS AFECTOS ÀS CONVENÇÕES DE YAOUNDÉ E LOMÉ

	YAOUNDÉ I	Y. II	LOMÉ I	LOMÉ II	LOMÉ III	LOMÉ IV
Subvenções	680	810	2057,7	2986	4860	6215
Empréstimos						
especiais	50	90	445,6	518	600	---
Capitais de						
risco	---	---	97,0	284	600	825
Stabex	---	---	380,0	557	925	1500
Sysmin	---	---	---	282	415	480
Bonificação						
de tx. de juro	---	---	---	---	---	280
Ajust. estrutural	---	---	---	---	---	1150
Ajuda de emergência	---	---	---	---	---	250
Ajuda aos refugiados	---	---	---	---	---	100
TOTAL FED	730	900	2980,3	4627	7400	10800
Empréstimos						
normais	70	100	---	---	---	---
Empréstimos bonificados	---	---	390	685	1100	---
Empréstimos fora da Conv.	---	---	---	200	---	---
TOTAL BEI	70	100	390	885	1100	1200
TOTAL	800	1000	3370,3	5512	8500	12000

ANOTAÇÕES

I PARTE

(1) - In "Direito Aduaneiro das Comunidades Europeias", pág. 299.

II PARTE

(2) e (3) - In "Direito Comunitário: A ordem jurídica comunitária e as liberdades fu CEE", pág. 281 e 283, respectivamente.

(4) - "Direito Comunitário ", I vol., pág. 451.

(5) - "Trinta Anos de Direito Comunitário", pág.274.

(6) - "Abertura do Mercado Interno", pág. 49.

(7) - "Um Grande mercado Sem Fronteiras", pág. 40.

(8) - "Abertura do Mercado Interno", pág. 31.

(9) - Idem, pág. 31.

(10) - "Direito Comunitário: a ordem jurfd. ..", pág.322.

(11) - Idem, pág. 322.

III PARTE

(12) - "A Europa e o Mundo", pág. 354.

(13) - Idem, pág. 356.

(14) - "The Political Economic of European Trade", pág. 137.

(15) - "ODiálogo Europa-Sul", pág. 27.

(16) - Idem, pág. 29.

(17) - Revista "Desenvolvimento", Março de 1990, pág. 8.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1 - Almeida, José Carlos Moitinho

"Direito Comunitário: A Ordem Jurfca Comunitária e as Liberdades Fundamentais.

Publicações do Ministério da Justiça

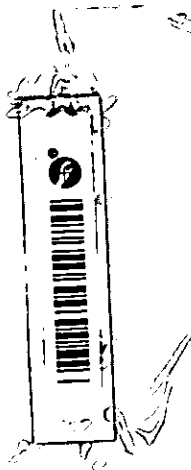
- 2 - Alves, Jorge de Jesus Ferreira
"Lições de Direito Comunitário -I e II vols.
Coimdra Editora
- 3 - Campos, Mota de
"Direito Comunitário" - I vol.
Fundação Calouste Gulbenkian
- 4 - Comissão das Comunidades
Brochuras:
- Um Grande Mercado Sem Fronteiras
Série Documentação Europeia - 1989
- Abertura do Mercado Interno
Série Documentação Europeia - 1991
- Desenvolvimento, Março de 1990
- Diálogo Europa-Sul na Prática
Luxemburgo, 1988
- Trinta Anos de Direito Comunitário
Série Perspectivas Europeias
- 5 - Hine, R. C.
The Political Economic of European Trade
- 6 - Medeiros, Eduardo Raposo
O Direito Aduaneiro - Sua vertente internacional
ISCSP - Lisboa, 1985
- 7 - Tratados Instituinte As Comunidades Europeias
Fundação Calouste Gulbenkian
- 8 - Vaulont, Nikolaus
A União Aduaneira da CEE
Comissão das Comunidades - 1989
- 9 - Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro
- Introduz o novo sistema do IVA nas transações na CEE

10 - Quarta Convenção ACP- CEE
Conselho de Ministros ACP- CEE
Bruxelas

11 - Recueil de Textes en Matiere de Cooperation Financiere et
Technique ACP-CEE
Bruxelles, 1988

12 - Relatório Anual do Conselho de Ministros ACP- CEE /1991

13 - Estatísticas da EUROSTAT - 1992.



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MORILLAS